

MUNICÍPIO DE IPUBI- PE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE IPUBI-PE, através do seu Pregoeiro Municipal, designado pela **Portaria nº 001/2022**, declaram que se acha aberto, a Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", modo de disputa "**ABERTO**". A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto Federal nº 7.892 de 2013, alterado pelos Decretos Federais 8.250/2014 e 9.488/2018, além de, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Federais nº 8.538/2015, 10.024/2019 e 10.273/2020, do disposto no presente Edital e seus anexos. A sessão pública será conduzida pelo Pregoeiro, com auxílio da **equipe de apoio**, conforme Portaria acima citada.

Recebimento das Propostas Até: 06/04/2022, às 08h:00min
Abertura das Propostas: 06/04/2022, às 08h:30min
Início da Sessão de Disputa de Preços: 06/04/2022, às 09h:00min
modo de disputa: Aberto
Sistema eletrônico utilizado: BNC (Bolsa Nacional de Compras)
Endereço eletrônico: <http://www.bnc.org.br/>
Dados para contato: SISTEMA BNC: Suporte ao Fornecedor (41) 3557-2301
ou celular Whatsapp (41) 99136-7677 -e-mail: contato@bnc.org.br. **Também tem a opção chat/atendimento online no site www.bnc.org.br.**
Pregoeiro: Wilson Alves da Silva
E-mail: wilsonpublicitacao@hotmail.com
Endereço: Pça. Agamenon Magalhães, s/n, centro, Ipubi-PE- CEP: 56260-000.
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.
OBSERVAÇÃO: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

1- DO OBJETO

1.1- Constitui objeto da presente licitação contratação de empresa do ramo pertinente sob o regime de empreitada para execução das obras e serviços de engenharia relativo a Esgotamento Sanitário relativos a esgotamento sanitário de ruas na sede do município, distritos de Serra Branca e Serrolândia, das seguintes ruas: na sede do município nas ruas- (Ubirajara Valeriano, A, B e C Próximas ao Colégio Arão); no distrito de Serra Branca nas ruas- (Cícera Guilhermina e Raimundo Pedro Batista Farias); no distrito de Serrolândia nas ruas (A, B e C da Vila Pedro Cândido e ruas A, B e C da Vila Manaíba), em atendimento a emenda parlamentar nº 202138130004, Programa 09032021, de conformidade com Projetos e Planilhas Orçamentárias, que passam a fazer parte integrante deste Edital, como se transcritos aqui fosse,. O prazo para a execução das obras/serviços será de 06 (seis) meses, consecutivos contados a partir da data de celebração do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, conforme quantidades e especificações contidas

no Termo de Referência (anexo I) e demais anexos deste Edital, para atender as necessidades da(s) secretaria(s) municipal(is) de Obras e Urbanismo do município de Ipubi-PE.

1.2- A licitação será realizada por menor preço global, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3- O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2- DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1- O valor máximo aceitável para o(s) item(ns)/lote da presente licitação será de R\$ 1.366.484,09 (um milhão trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e nove centavos).

2.2- A licitação será realizada por menor preço global, conforme descrição constante no **(Anexo I)** a este Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2.3- O critério de julgamento adotado será o **de MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações e quantitativos do objeto do presente.

2.4- Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Sistema www.bnc.org.br e as presentes nesse edital, prevalecerão as especificações do edital.

OBS: **Os licitantes não poderão apresentar valores em suas propostas para nenhum dos itens do(s) lote(s) superiores ao valor máximo admitido constante do termo de referência e planilhas orçamentárias.**

3- DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:

3.1- O Edital está disponível gratuitamente nos sítios www.ipubi.pe.gov.br e www.bnc.org.br

3.1.1- O mesmo poderá ser obtido também através de solicitação por e-mail ao Pregoeiro e Equipe de apoio através do endereço e-mail: wilsonipublicitacao@hotmail.com

3.1.2- O certame será realizado por meio do Sistema da Bolsa Nacional de Compras, no endereço eletrônico www.bnc.org.br

4. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:

4.1- Início do recebimento das Propostas Até: 06/04/2022, às 08h:00min

4.2- Início da sessão de abertura das Propostas: 06/04/2022, às 08h:30min

4.-3- Início da Sessão de Disputa de Preços: 06/04/2022, às 09h:00min

4.4 - REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

4.5- Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (vinte e quatro horas) a contar da respectiva data.

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1- As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

6- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1- As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Ipubi-PE para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária

17.512.0020.1021.0000

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00

7- DO CREDENCIAMENTO

7.1- Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

7.2- Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras e Leilões.

7.3- É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

7.4- Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

7.5- O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.6- O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

7.7- O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

7.8- A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo deste edital para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1- O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8.1.1- Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I- conduzir a sessão pública;
- II- receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III- verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

- IV- coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V- verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI- sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII- receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII- indicar o vencedor do certame;
- IX- adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X- conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- XI- encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo Único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

8.1.2- Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

9- CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

9.1- As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 7.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à BNC – Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

9.2- A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.3- O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

9.4- A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

9.5- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.6- O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

10- DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

10.1- A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

10.2- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

10.3- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.4- Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

10.5- Para os itens 1 a 5, 7 a 18, 22, 24 a 26, 28 a 30, 32 e 33 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.6- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

10.7- Não poderão participar desta licitação os interessados:

10.7.1- Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

10.7.2- Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

10.7.3- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

10.7.4- Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

10.7.5- Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

10.7.6- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

10.8- Como condição para participação no Pregão na forma Eletrônica, o licitante assinalará “**sim ou não**” em campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, relativo às seguintes declarações:

10.9- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

10.10- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame;

10.11- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto da Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.12- Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

10.13- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

10.14- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

10.15- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal;

10.16 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2009;

10.17- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

10.18- Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991.

10.19- A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e neste Edital.

10.20- Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

11- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.2- O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

11.3- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

11.4- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.5- Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

11.6- Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

11.7- Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.1.1- Valor unitário e o valor total;

12.1.2- Marca, quando for o caso;

12.1.3- Fabricante/distribuidor(a), quando for o caso;

12.1.4- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.3- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto ora licitado.

12.4- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5- O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.6- O licitante deverá declarar, para cada item/lote, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

12.7- Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.7.1- O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

12.7.2- assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição;

13- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

13.1- A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, Bolsa Nacional de Compras – www.bnc.org.br, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2- O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

13.2.1- Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.2.3- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

13.5- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.6- O lance deverá ser ofertado pelo Menor valor global.

13.7- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.8- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.9- O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ **100,00 (cem reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

13.10- O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances

13.11- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogação conforme o critério de julgamento adotado no edital.

13.12- No modo de disputa aberto, de que trata o item 13.10, a etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

13.13- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

13.14- Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a sessão pública será encerrada automaticamente.

13.15- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa

13.16- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.76- Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.18- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.19- O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

13.20- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

13.21- Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

13.22- Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem 13.20, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

13.23- A melhor classificada (ME / EPP) nos termos do subitem 13.20 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.24- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.26- Para fazer jus às regras aplicadas às microempresas, microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar junto com a proposta **declaração**, conforme modelo (anexo IX), de que é **Microempresa, Microempreendedor Individual ou Empresa de Pequeno Porte, bem como CERTIDÃO, em nome da licitante, emitida pela Junta Comercial do estado, onde está localizado o domicílio ou sede da licitante, comprovando a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio-DNRC,** sob pena de não lhe ser aplicada no certame as regras estabelecidas para as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, nos termos estabelecido no subitem 15.2.2 deste edital;

13.27- Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

13.28- A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

13.29- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

13.29.1- No país;

13.29.2- Por empresas brasileiras;

13.29.3- Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.29.4- Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

13.30- Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

13.31- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.32- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.33- O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 03 (três) horas, envie a proposta consolidada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.34- Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13.35- Se o licitante da oferta de menor preço por item desatender as exigências da habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos respectivos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

13.36- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora para o objeto do item/lote a que faz jus, que será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item, observado o prazo de recurso.

14- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

14.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

14.2- Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

14.3- Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

14.4- Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

14.5.- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

14.6- O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7- O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

14.8- Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.9- Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat”, a nova data e horário para a sua continuidade de acordo com a fase do procedimento licitatório

14.10- O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.11- Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.12- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.13- No item não exclusivo para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14.14- Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15- DA HABILITAÇÃO

15.1- Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.1.1- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

15.1.2- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.1.3- Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.1.4- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.1.5- O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

15.1.6- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.1.7- No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.1.8- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail wilsonipublicitacao@hotmail.com, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

15.1.9- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

15.1.10- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.1.11- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.1.12- Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.1.13- Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar por meio eletrônico, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, conforme disposto no artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93:

15.2. DA DOCUMENTAÇÃO APLICÁVEL

15.2.1- É aplicável a presente licitação os documentos infra relacionados, independentemente de juntada ou transcrição dos mesmos:

15.2.1.1- Normas da ABNT/ e Código de Posturas do Município e Código de Obras, em vigor e pertinentes ao objeto;

15.2.2- Projeto básico, de detalhes e de especificações em anexo;

15.2.3- Demonstrativo do Orçamento em planilhas de quantitativos;

15.2.4- Cronograma Físico Financeiro;

15.2.5- Planilha de Serviços;

15.2.6- Quadro de Composição de Investimento;

15.2.7- Minuta do Contrato;

15.3- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.3.1- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.3.2- Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

15.3.3- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.3.4- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

15.3.5- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.3.6- no caso de cooperativa: registro na organização das cooperativas brasileiras acompanhado dos seguintes documentos:

- a). Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b). Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c). Ata de fundação da cooperativa;
- d). Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e). Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f). Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g). Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.;

15.3.7- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

15.3.8- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

15.3.9- Registro da Licitante ou inscrição em qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU.

15.4- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

15.4.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.4.2- Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.4.3- Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

15.4.4- Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.4.5- Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.4.6- Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.4.7- Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante;

15.4.8- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes no Município (**Alvará de Funcionamento**) emitido pelo Município de Ipubi para empresas sediadas nesta cidade – ou pela Prefeitura relativa à sede ou domicílio da empresa em plena validade.;

15.4.9- Certidão Negativa de Protesto de Títulos emitida pelo(s) Cartório(s) de Protesto onde se localiza a sede da empresa licitante, com data de no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de realização desta licitação.

15.4.10- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.4.11- Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

15.5- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

15.5.1- Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial expedida pelo **distribuidor da sede do licitante ou através do Sistema de Processos Judiciais Eletrônicos - PJE**, com data de expedição ou revalidação dos últimos **60 (sessenta) dias** anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.;

15.5.1.1- Para licitantes com sede no Estado de Pernambuco, “Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe)” para Pessoa Jurídica, para Licitação, “Certidão de Licitação”, em instâncias de 1º e 2º grau, que indique a inexistência de processos de falência ou concordata tramitando nos sistemas do Processo Judicial Eletrônico.

15.5.1.2- Para os licitantes com sede em outros Estados, havendo o PJE, deve ser apresentada documentação equivalente;

15.5.2- O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional. (ANEXO VIII).

15.5.3- O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

- (a)** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e;
- (b)** da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício (quando exigidos).

15.5.4- A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.5.5- A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.5.6- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.5.7- A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.5.8- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.5.9- Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.5.10- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15.6 Qualificação Técnica limitar-se-á:

15.6.1- Pelo menos um **atestado de capacidade técnica** que comprove a execução de serviços do objeto licitado ou similar, expedido por órgão(s) da Administração Pública ou por empresa(s) pública(s) ou privada(s), em papel timbrado, compatível(is) com o objeto desta licitação;

15.6.1.1- Caso o atestado apresentado seja emitido por empresa privada o mesmo deverá vir em papel timbrado constando a razão social e o CNPJ do emitente, bem como, devidamente assinado por representante legal da empresa **com assinatura reconhecida em cartório, podendo ser feita diligência, e em caso do não reconhecimento da assinatura ensejará a inabilitação da licitante;**

15.6.1.2- Caso o atestado apresentado seja emitido por pessoa jurídica de Direito Público, o mesmo deverá vir assinado pelo Prefeito, pelo Secretário da Pasta ou Gestor da Entidade contratante (Ex.: Fundo Municipal de Saúde, Fundação, Autarquia, etc.);

15.6.2- Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

15.6.3- Registro da Licitante ou inscrição em qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU.

15.6.4- Atestados técnicos para empresa e/ou do responsável técnico, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, comprovando que a empresa licitante desempenhou atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

15.6.5- Comprovação de que a Licitante possui, em seu quadro permanente, profissional de nível superior detentor de atestado ou anotação de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço. A declaração da Licitante deverá indicar o nome do profissional a preencher os seguintes requisitos:

15.6.5.1- Estar acompanhada de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome do profissional, devidamente acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido em qualquer uma das regiões do CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU, comprovando a execução, pelo profissional indicado, de serviços das características semelhantes à da complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos serviços ora licitados, indicando como parcelas de maior relevância.

15.6.6- Documento comprobatório de quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-CAU da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s), nos termos do artigo 69 da Lei 5.194, de 24/12/66.

15.6.7- Comprovação feita através da apresentação em original de **Declaração ou atestado de visita ao local**, fornecida por técnico da Secretaria de Obras e Urbanismo do Município, de que o Responsável Técnico da licitante, Representante Legal da empresa ou representante da empresa, visitou o local, bem como tomou conhecimento das condições e peculiaridades necessárias à execução dos serviços.

15.6.8- Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

15.6.9- Indicação da equipe e do pessoal técnico especializado adequado e disponível para a realização do objeto ora licitado, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (engenheiros e técnicos de nível médio). O profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica deverá integrar a equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos e sua substituição somente será admitida por outro que detenha as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos julgados relevantes e aceito pela Contratante.

15.6.10- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta:

15.7- Qualificação Econômico-Financeira, limitar-se-á;

15.7.1- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta:

15.7.1.1- Obs.: As Demonstrações Contábeis exigidas compreendem: DMPL (Demonstração das mutações do Patrimônio líquido) ou DLPA (Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados) e DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

1) a boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante}}$

b) As Licitantes deverão comprovar o patrimônio líquido mínimo equivalente a R\$ 136.649,00 (cento e trinta e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais), devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

c) As Licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que um (< 1) em qualquer dos índices acima, deverão comprovar o capital mínimo equivalente a R\$ 136.649,00 (cento e trinta e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais), devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da lei.

15.7.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da Lei os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

15.7.1.3) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado ou jornais de grande circulação;

15.7.1.4) Quando se tratar de outra forma societária (ME, EPP, LTDA e Empresas Individuais): O balanço patrimonial deverá ser devidamente autenticado/registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente, bem como as cópias dos **Termos de Abertura e Encerramento**, extraídos do Livro Diário, (Art. 5º, § 2º do Decreto Lei nº486/69), contendo:

15.7.1.5) Identificação e assinaturas legíveis do(s) sócio(s) da empresa;

15.7.1.6) Identificação e assinatura legível (**chancela**) do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade, através da apresentação da Certidão de Regularidade Profissional (Contador/Técnico Contábil);

15.7.1.7) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de 01 (um) ano, essa deverá apresentar apenas o **Balanço de Abertura**, o qual deverá conter a Identificação e assinatura legível (**chancela**) do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente.

15.7.2- Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgãos da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

15.7.3- Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram a matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

15.7.4- Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos a menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

15.7.5- As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no artigo 43 da Lei Complementar nº 122/2006.

15.7.6- A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.7.7- A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.7.8- Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006.

15.7.9- A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.7.10- O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado de:

15.7.11- apresentação da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e;

15.7.12- apresentação da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

15.7.13- Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat”, a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.7.14- Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, ou seja, por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, por meio eletrônico ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.7.15- Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.7.16- O licitante provisoriamente vencedor em um lote/item, que estiver concorrendo em outro item/lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item/lote em que venceu às do item/lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

15.7.17- Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns)/lote(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

15.7.18- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15.7.19- A validade das Certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Prefeitura Municipal de Ipubi convencionou o prazo como sendo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

16- DA VISITA O LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (OPCIONAL)

16.1- As empresas interessadas em participar do certame, poderão comparecer a secretaria de obras e urbanismo até o 01 (um) dia anterior à data designada para a entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços, no horário das 08:00h as 12:00h, com a respectiva documentação de identificação profissional ou mesmo agendar junto à secretaria de obras e urbanismo no horário compreendido entre 08:00 às 12:00h e, para melhor programação solicitar que a visita seja agendada previamente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, levando-se em conta o quadro de funcionários da secretaria de obras e urbanismo, através do telefone (87)- 3881-1156 ou 99931-0047, um horário para a realização a visita ao local da obra, no horário das 08:00 às 12:00h, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

16.1.1- Ao término da visita técnica a Secretaria de Obras e Urbanismo, fornecerá uma declaração ou atestado de Visita Técnica, que deverá constar dos documentos de Habilitação.

16.1.2- A visita técnica poderá ser realizada: **a)** pelo representante legal da empresa, mediante apresentação de cópia autenticada de Contrato Social e documentos pessoais; **b)** por seu responsável técnico, mediante apresentação de cópia autenticada do documento do CREA e/ou CAU; **c)** por seu representante, mediante apresentação de procuração particular com firma reconhecida em cartório ou por instrumento público e para o fim específico de participar da visita técnica nesse certame ou declaração formal do responsável legal da empresa ou seu responsável técnico, contendo os dados de seu representante, outorgando poderes para realização da visita técnica desse certame, com firma devidamente reconhecida em cartório.

16.1.3- Apesar de opcional, recomendamos que os interessados realizem a visita técnica, dada a complexidade e especificidade da execução dos serviços.

16.1.4- Caso a licitante esteja impedida ou não deseje realizar a visita técnica, deverá apresentar em substituição a declaração ou atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico ou responsável legal da empresa, sob as penalidades da Lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos assumindo total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE durante a execução do contrato.

16.1.5- A visita ao local da execução da obra, torna-se indispensável a fim de evitar inexecuções contratuais por parte da empresa vencedora do certame, bem como evitar alegações futuras que não tomou conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao serviço a ser executado, causando atrasos, embaraços na execução do contrato, bem como prejuízos para a administração pública.

16.1.6- Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do Inciso III do Artigo 30, da Lei 8.666/93 de 21/06/93.

16.2- Quanto à visita de obra deverá ser realizada nos termos do previsto no item 16.1 e subitens 16.1.1 a 16.1.5.

17- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

17.1 A proposta deve ser apresentada em 01 (uma) ou 02 (duas) vias, datilografada ou digitada em folhas numeradas sequencialmente, de igual teor, absolutamente legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinadas pelo representante legal da PROPONENTE, e somente no anverso de cada folha apresentarão os seus valores totais nas formas numéricas e extensa, em quantidade de reais para a data de emissão da Proposta.

17.2 No conteúdo da proposta comercial devem constar:

- a) **A Planilha de Custos Unitários** - preços de itens e preço total, básico para a data limite para a apresentação da proposta. Considera-se data limite para apresentação da proposta aquela estabelecida nesta Concorrência ou em suas alterações, como última data para entrega dos envelopes contendo as propostas.
- b) **Prazo de validade da proposta**, não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da abertura da Licitação.

c) Cronograma Físico

17.3 Todos os valores ofertados expressos em quantidade de Reais, serão considerados completos, abrangendo todos os impostos incidentes, seguros, taxas, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias da proponente e de seus empregados e do percentual de lucro esperado.

17.4- Ocorrendo na proposta divergência entre os valores numéricos e os por extensos, prevalecerão estes últimos. Havendo dúvidas ou discrepâncias entre os preços unitários, parcial e global, prevalecerão os unitários sobre os parciais e os parciais sobre o global.

17.5- Na elaboração da proposta comercial devem ser observadas todas as condições e forma de pagamento e demais obrigações decorrentes da execução do objeto desta licitação.

17.6- Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório desta licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para as quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração, em conformidade com o disposto no Artigo 44, Parágrafo 3º da Lei Nº 8.666/93.

17.7- O preço total máximo admissível pela PREFEITURA para a execução das obras/serviços por anexo é de **R\$ 1.366.484,09 (um milhão trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e nove centavos)**.

17.8- Não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações às Propostas após a sua apresentação.

17.9- Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das Propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (Validade da Proposta).

17.10- O desembolso financeiro mensal máximo, que a PREFEITURA designará para pagamento dos serviços objeto desta licitação será conforme previsto no cronograma físico financeiro, anexo III do edital

17.11- A PREFEITURA poderá designar o pagamento mensal de parcelas superiores às previstas no subitem 17.10, quando for necessário acelerar a execução de serviços importantes, para a conclusão dentro do prazo dos serviços contratados.

18- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

18.1- A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **03 (três) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

18.1.1- Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

18.1.2- Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

18.1.3- A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

18.1.4- Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18.2- Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

18.3- Ocorrendo divergência entre os preços unitários, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

18.4- A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

18.5- A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18.6- As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1- O pagamento será efetuado na Tesouraria do Município ou onde esta indicar, pelos serviços efetivamente executados e devidamente aprovados, conforme disposições abaixo:

19.2- A **CONTRATADA** emitirá os documentos de cobrança e encaminhará à Secretaria de Infraestrutura do Município, no endereço do preâmbulo, sendo o pagamento efetuado até o 15º (décimo quinto) dia após a conclusão do evento físico ou da apresentação do documento de cobrança, o que ocorrer por último, não havendo compensação financeira por esta carência. Caso o décimo quinto dia coincida com Sábado, Domingo ou Feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

19.3- Nos documentos de cobrança deverão constar:

- a) Número do contrato e data de assinatura;
- b) Item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança;
- c) Local de aplicação e/ou execução dos serviços;
- d) Valor da parcela correspondente.

19.4 - Em caso de atraso no pagamento por culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,5% ao mês "*pro rata dia*" pelo período em atraso, tendo o Município 10(dez) dias, a contar da entrada do documento de cobrança correspondente, no seu Protocolo Geral, para efetuar o pagamento.

19.5 - Não será admitida cobrança via rede bancária.

19.6 - Havendo erros ou omissões no documento de cobrança, este será devolvido à **CONTRATADA** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, para que essa tome as providências recomendáveis, reapresentando o documento, processando-se o respectivo pagamento até o 15º (décimo quinto) dia após a reapresentação do documento.

19.7 - Os créditos a favor do Município, não liquidados até a data do vencimento acordada, terão seus valores acrescidos de 0,5% ao mês, "pro rata dia", desde a data do vencimento até a data de sua efetiva liquidação.

19.8- A antecipação de eventos contratuais por iniciativa exclusiva da **CONTRATADA**, não criará para o Município, responsabilidade de antecipar os eventos administrativos, físicos e/ou financeiros correlatos.

19.9- Em hipótese alguma a **CONTRATADA** poderá enviar materiais com frete a pagar no destino

19.10- Os impostos, contribuições e taxas, incidentes sobre o faturamento serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

19.11- Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades, quaisquer que forem, nem implicará na aprovação definitiva da execução total ou parcial do fornecimento e/ou serviços contratados.

19.12– O licitante vencedor do certame licitatório, somente terá direito ao pagamento das faturas mensais, fruto das medições realizadas, mediante a apresentação ao Município, com cópia autenticada, de comprovação do recolhimento prévio das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração dos segurados seus empregados incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, para atendimento do que disposto no § 3º do Art. 31 da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95.

19.13 – Para efeito de observância do item anterior, o licitante vencedor deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento distintas para a obra/serviço, devendo cópia autenticada ser apresentada ao Município, quando da ocasião da quitação da nota fiscal ou fatura, que se fará acompanhar da guia de recolhimento também autenticada, para que se possa atender o que disposto no § 4º do Art. 3º da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.032/95. Observar-se-á também, quando dos pagamentos de faturas, a obrigatória apresentação dos documentos listados nos incisos I a IV do Art. 34 da Instrução Normativa INSS/DC N.º 69 quando se tratar de obra, e cópias de Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) específicas, códigos 150 ou 907, constantes do Manual da GFIP, e respectivo documento de arrecadação, observado

o disposto no art. 26 e parágrafo único do art. 28 da IN INSS/DC N.º 69, quando se tratar de serviços.

19.14– Caso o licitante vencedor não atenda o que disposto nos itens anteriores, quanto à comprovação do pagamento das contribuições previdenciárias relativas e calculadas sobre a remuneração dos segurados seus empregados na obra, o pagamento da fatura será efetivado, mediante o desconto do percentual de 11% (onze por cento) do total da fatura ou nota fiscal, ou sobre o valor dos serviços, se por acaso, na planilha do Município e no contrato, tais montantes não estejam calculados separadamente, quanto a equipamentos e materiais, observado em quaisquer casos, o disposto nos Arts. 42 a 52 da Instrução Normativa INSS/DC N° 69, de 10 de maio de 2002.

19.15– Os valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, fornecidos pela licitante vencedora, indispensáveis à execução do serviço, desde que discriminados na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, e constantes em contrato, não estão sujeitos à retenção de que trata o item anterior.

19.16– Se houver previsão, no contrato, de fornecimento de material ou equipamento, mas sem discriminação de valores, a base de cálculo da retenção não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor bruto na nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços, desde que devidamente discriminada nestes documentos.

19.17– Na falta de discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, a base de cálculo será o valor bruto, ainda que a discriminação conste em contrato.

19.18– Havendo discriminação de valores na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, mas inexistindo a previsão no contrato para fornecimento de material ou equipamento, a base de cálculo da retenção será o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo.

19.19– O licitante vencedor deverá obrigatoriamente após a assinatura do contrato decorrente desta licitação, na forma como previsto nos Arts. 3º a 15 da Instrução Normativa INSS/DC N° 69, de 10/05/2002, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, providenciar a matrícula da obra junto ao INSS, para obtenção de Matrícula CEI –

Certificado de Matrícula, com número cadastral básico, o qual será apresentado ao Município, antes do pagamento da primeira fatura ou nota fiscal.

20. DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

20.1 - Os preços dos materiais/serviços objeto do contrato decorrente desta licitação serão reajustados para mais ou para menos, a cada período de um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta subsequente, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times (I1 - IO) / IO$$

Onde:

R= valor do reajuste procurado

V= valor básico contratual da parcela relativa ao fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado.

IO= índice econômico relativo ao mês de apresentação da proposta (base dos preços)

I1= índice econômico relativo ao 12º, 24º ou 36º mês após o mês da apresentação da proposta e assim sucessivamente conforme o período de duração do contrato.

O índice (1) será o INCC, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, que poderá ser substituído no momento em que o Município e a entidade de classe a que se filie a **CONTRATADA** venham a definir um outro que melhor se reflita a aderência à variação dos custos de produção do objeto do contrato.

20.2- Após a aplicação do reajuste, o novo valor da parcela ou saldo contratual passará a ser o novo preço reajustado a ser praticado nos próximos 12 (doze) meses, a partir daquela data, permanecendo irremovível em cada período de 12 (doze) meses.

20.3- O reajuste nos termos do item 8.1, é aplicável somente aos valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º(primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º, 24º ou 36º mês, e assim sucessivamente, contados da data limite para apresentação da proposta (base de preços).

20.4- O coeficiente apurado através da formula de reajuste será calculado até a quinta casa decimal, desprezando-se as demais.

20.5- Em caso de atraso da contratada no fornecimento do bem ou prestação do serviço prevalecerá sempre para pagamento, o menor preço reajustado conforme disposto contratualmente, para a data prevista para o adiantamento da obrigação contratual ou para a data do efetivo adimplemento da obrigação.

20.6 - O contrato decorrente desta licitação com prazo de duração inferior a um ano, em caso de acréscimo de quantidade, atraso na assinatura ou prorrogação da vigência do mesmo, poderá ser reajustado de acordo com as disposições dos itens anteriores, desde que tais casos não estejam associados a atraso por responsabilidade imputável à **CONTRATADA** no cumprimento de eventos previstos contratualmente.

21. DA FORMA DE PAGAMENTO

21.1 - Os pagamentos dos valores devidos pela execução dos serviços objeto desta licitação, serão efetuados de conformidade com medições, que deverão ser apresentadas ao Município, quando serão objeto de avaliação e confirmação de execução dos mesmos, por parte da Secretaria de Infraestrutura e de sua fiscalização.

21.1.1- O Município poderá desde que haja recursos financeiros disponíveis para tanto, efetuar a primeira medição, em lapso de tempo inferior a trinta dias, desde que se comprovem os primeiros eventos, tipo mobilização, limpeza do terreno ou outros previstos em planilha e comprovação e colocação no canteiro de obras, de equipamentos materiais necessários à execução das obras objeto da presente licitação.

21.2- A aceitação dos eventos acima será condicionada à presença de um técnico de nível superior responsável pela obra, no ato da vistoria a ser feita pelo Município.

22. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

22.1 - O prazo para execução de todos os serviços objeto da presente Licitação será de 06 (seis) meses corridos a contar da data de assinatura do contrato dela concorrente.

23. DAS PENALIDADES

23.1 - Se a licitante vencedora deixar de cumprir os compromissos relativos aos prazos de validade da proposta, ou os concernentes às especificações e outras condições estabelecidas na presente Concorrência, o Município, poderá optar pela convocação das demais proponentes, obedecida sucessivamente a ordem de classificação, ou pela realização de novo processo licitatório.

23.2 - Por inexecução total ou parcial de qualquer das condições estabelecidas nesta Concorrência, o Município, poderá independentemente de cobrança de multas e garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária de participar em licitações com o Município, e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois (02) anos;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção, aplicada com base no inciso anterior.

23.3 - As sanções previstas acima, poderão também ser aplicadas ao licitante que, em razão de contratos regidos pela Lei N° 8.666/93, tenham sofrido condenação definitiva, por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

23.4- Em caso de multa por atraso na conclusão dos eventos previstos nesta Concorrência, esta será representada por percentual sobre o valor total do evento em atraso, reajustado conforme contratualmente disposto, não excedendo a 10% (dez por cento) do referido valor.

23.5- O licitante adjudicatário sujeitar-se-á às sanções de que tratam os artigos 86, 87 e 88 e a Seção III, Capítulo IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

23.6 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecidas na Lei 8.666 de 21/06/93.

23.7 - A inexecução total ou parcial do contrato implicará em multa de 10% (dez por cento) do valor total do ajuste ou do evento físico em atraso, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

24. DA RESCISÃO

24.1- Os contratos decorrentes desta licitação poderão ser rescindidos na incidência de quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666 de 21/06/93, seus incisos e parágrafos, considerando-se para tanto também as determinações dos artigos 79 e 80 juntamente com seus parágrafos e incisos.

25- DOS RECURSOS

25.1- Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

25.2- Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

25.2.1- Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

25.2.2- A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

25.2.3- Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

25.3- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

25.4- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no seguinte endereço: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI– PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.040.896/0001-59, situada à Pça. Agamenon Magalhães, s/n, centro, Ipubi-PE.

25.5- **A interposição de recursos suspende o prazo de validade da proposta até a decisão.**

26- DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

26.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

26.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

26.1.2- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

26.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

26.2.1- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

27- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

27.1- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

27.2- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

28- DA GARANTIA DO OBJETO

28.1- A garantia será de 02 (dois) anos para algum defeito na execução dos serviços após o recebimento provisório da obra objeto ora licitado.

29- O TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

29.1- Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

29.2- O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

29.3- Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **03 (três)** dias, a contar da data de seu recebimento.

29.4- O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

29.5- O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

29.5.1- referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

29.5.2- a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

29.5.3- a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

29.5.4- O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

29.6- Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

29.7- Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

29.8- Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

30- DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

30.1- Na ocorrência de fatos imprevisíveis, ou se previsíveis, porém de consequências incalculáveis, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ou ainda na hipótese de caso fortuito, de força maior, ou fato do príncipe, as partes de comum acordo, restabelecerão o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do disposto na alínea “d” do Inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

31- DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

31.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

31.2- Não serão aceitos fornecimentos feitos em desacordo com o contido nas autorizações;

31.3- Os objetos licitados, quando solicitados deverão ser entregues na sede do Secretaria(s) Municipal(is) de Obra e Urbanismo, conforme endereço constante da Autorização de Fornecimento.

31.4- A Prefeitura municipal de Ipubi através da(s) Secretaria(s) de Obra e Urbanismo, se reserva no direito de requisitar o objeto licitado de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação vigente, observando-se sempre as regras estabelecidas neste edital e no respectivo contrato.

31.5- A Prefeitura municipal de Ipubi através da(s) Secretaria(s) de Obra e Urbanismo se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos que desatendam as exigências deste edital e seus anexos, devendo as falhas apontadas serem imediatamente encaminhadas à contratada para a devida correção no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.

31.5.1- O recebimento do objeto licitado e ao final contratado será procedido, com observância às disposições acima descritas e no disposto art. 73, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

32- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

32.1- As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

33- DO PAGAMENTO

33.1- As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

34- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

34.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:

34.1.1- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

34.1.2- Não assinar o contrato, quando cabível;

34.1.3- Apresentar documentação falsa;

34.1.4- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

34.1.5- Ensejar o retardamento da execução do objeto;

34.1.6- Não manter a proposta;

34.1.7- Cometer fraude fiscal;

34.1.8- Comportar-se de modo inidôneo;

34.2- Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

34.3- O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a)- Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b)- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s)/lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

c)- Suspensão ao direito de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

d)- Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Ipubi-PE e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

34.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

34.5- A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

34.6- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

34.7- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

34.8- O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

34.9- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

34.10- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

34.11- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

34.12- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

34.13- As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

35- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

35.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

35.2- A impugnação e esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br ou pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3557-2301.

35.3- Caberá ao Pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

35.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

35.5- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

35.6- O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

35.7- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

35.7.1- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

35.8- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

36- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

36.1- Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

36.2- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

36.3- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

36.4- No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

36.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

36.6- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

36.7- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

36.8- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

36.9- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

36.10- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

36.11- O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico nos sites: Portal da Transparência de Ipubi-PE, (Outras Publicações/Editais); www.bnc.org.br e no e-mail: wilsonipublicitacao@hotmail.com, além de está cadastrado no TOME CONTA DO TCE/PE.

36.12- O aviso resumido do presente edital será publicado no diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE e Portal da Transparência.

36.13- Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do Município de Ipubi do Estado de Pernambuco.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ N° 11.040.896/0001-59

36.14- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 36.14.1-** ANEXO I - Termo de Referência;
- 36.14.2-** ANEXO II – Termo de Adesão – BNC
- 36.14.3-** ANEXO III– Custo pela utilização do sistema;
- 36.14.4-** ANEXO IV – Declaração Inidoneidade
- 36.14.5-** ANEXO V – Declaração Habilitação
- 36.14.6-** ANEXO VI – Declaração menor de idade;
- 36.14.7-** ANEXO VII – Declaração ME/EPP e MEI
- 36.14.8-** ANEXO VIII – Declaração Responsabilidade
- 36.14.9-** ANEXO IX – Declaração Responsabilidade Vínculo
- 36.14.10-** ANEXO X- Minuta de Contrato
- 36.14.11-** Anexo XI- Cronograma Físico Financeiro
- 36.14.12-** Anexo XII- Planilhas Orçamentária
- 36.14.13-** Anexo XIII- BDI

Ipupi-PE, 21 de março de 2022

Wilson Alves da Silva- Presidente da CPL/Pregoeiro

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ N° 11.040.896/0001-59**

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI

**SECRETARIA DE OBRAS E
URBANISMO**

**OBRA: ESGOTAMENTO SANITÁRIO
2022**

LOCAL: SEDE, SERRA BRANCA E SERROLÂNDIA - IPUBI/PE

EXTENSÃO: 2.273,51m

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE
CNPJ 11.040.896/0001-59
Pça. Professor Agamenon Magalhães, snº
CEP 56260-000
Fone: (87) 3881-1156 – Fax: (87) 3881-1211
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

BDI= 24,74%

ITEM	REFERÊNCIA DOS PREÇOS			DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	P.UNIT SEM BDI	P. UNIT COM BDI	P.TOTAL
	FONTE	CÓDIGO	DATA						
1.0				SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 3.157,54
1.1	SINAPI INSUMO	4813	dez/21	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M²	11,25	R\$ 225,00	R\$ 280,67	R\$ 3.157,54
2.0				ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA					R\$ 69.997,56
2.1	SINAPI INSUMO	2706	dez/21	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	192,00	R\$ 90,87	R\$ 113,35	R\$ 21.763,20
2.2	SINAPI INSUMO	4083	dez/21	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	H	960,00	R\$ 35,55	R\$ 44,35	R\$ 42.576,00
2.3	SINAPI INSUMO	10775	dez/21	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	MÊS	6,00	R\$ 756,00	R\$ 943,06	R\$ 5.658,36
				SEDE DO MUNICÍPIO					R\$ 396.040,31

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

3.0				RUA UBIRAJARA VALERIANO FIGUEIREDO					R\$ 208.275,15
				SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO					
3.1	SINAPI INSUMO	37524	dez/21	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	353,74	R\$ 2,16	R\$ 2,69	R\$ 951,56
3.2	SINAPI INSUMO	34498	dez/21	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	8,00	R\$ 130,66	R\$ 162,99	R\$ 1.303,92
3.3	SINAPI INSUMO	34723	dez/21	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	3,00	R\$ 519,75	R\$ 648,35	R\$ 1.945,05
				COLETOR PRINCIPAL					
3.4	SINAPI SERVIÇO	99063	dez/21	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	353,74	R\$ 4,36	R\$ 5,44	R\$ 1.924,35
3.5	SINAPI SERVIÇO	102276	dez/21	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	282,99	R\$ 11,46	R\$ 14,30	R\$ 4.046,76
3.6	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	56,60	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 15.047,68

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

3.7	SINAPI SERVIÇO	100248	dez/21	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	176,87	R\$ 11,12	R\$ 13,87	R\$ 2.453,19
3.8	SINAPI SERVIÇO	90695	dez/21	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	371,43	R\$ 97,78	R\$ 121,97	R\$ 45.303,32
3.9	SINAPI SERVIÇO	90725	dez/21	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	14,00	R\$ 30,68	R\$ 38,27	R\$ 535,78
3.10	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	84,90	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 14.463,56
3.11	SINAPI SERVIÇO	93382	dez/21	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³	176,87	R\$ 33,45	R\$ 41,73	R\$ 7.380,79
				POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA					
3.12	SINAPI SERVIÇO	101616	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	14,00	R\$ 5,33	R\$ 6,65	R\$ 93,10

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

3.13	SINAPI SERVIÇO	97083	dez/21	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M ²	14,00	R\$ 2,81	R\$ 3,51	R\$ 49,14
3.14	SINAPI SERVIÇO	94962	dez/21	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	1,40	R\$ 317,94	R\$ 396,61	R\$ 555,25
3.15	SINAPI SERVIÇO	101165	dez/21	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M ³	9,58	R\$ 761,31	R\$ 949,68	R\$ 9.097,93
3.16	SINAPI SERVIÇO	94963	dez/21	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	9,10	R\$ 348,16	R\$ 434,31	R\$ 3.952,22
3.17	SINAPI INSUMO	41620	dez/21	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	14,00	R\$ 157,31	R\$ 196,23	R\$ 2.747,22
				RAMAL DE CALÇADA					
3.18	SINAPI SERVIÇO	97628	dez/21	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M ³	7,96	R\$ 234,04	R\$ 291,95	R\$ 2.323,92

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

				AF_12/2017					
3.19	SINAPI SERVIÇO	93358	dez/21	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	74,29	R\$ 71,95	R\$ 89,75	R\$ 6.667,53
3.20	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	18,57	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 4.937,02
3.21	SINAPI SERVIÇO	89849	dez/21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	530,61	R\$ 70,87	R\$ 88,41	R\$ 46.911,23
3.22	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	55,71	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 9.490,76
3.23	SINAPI SERVIÇO	94990	dez/21	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	7,96	R\$ 655,75	R\$ 818,00	R\$ 6.511,28
				POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA					
3.24	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X	UN	50,00	R\$ 278,57	R\$ 347,50	R\$ 17.375,00

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

				0,40 X 0,40 M					
3.25	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	5,00	R\$ 353,94	R\$ 441,52	R\$ 2.207,60
4.0				RUA A,B E C PRÓXIMAS AO COLÉGIO ARÃO					R\$ 187.765,16
				SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO					
4.1	SINAPI INSUMO	37524	dez/21	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	330,64	R\$ 2,16	R\$ 2,69	R\$ 889,42
4.2	SINAPI INSUMO	34498	dez/21	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	8,00	R\$ 130,66	R\$ 162,99	R\$ 1.303,92
4.3	SINAPI INSUMO	34723	dez/21	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	3,00	R\$ 519,75	R\$ 648,35	R\$ 1.945,05
				COLETOR PRINCIPAL					
4.4	SINAPI SERVIÇO	99063	dez/21	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	330,64	R\$ 4,36	R\$ 5,44	R\$ 1.798,68
4.5	SINAPI SERVIÇO	102276	dez/21	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	264,51	R\$ 11,46	R\$ 14,30	R\$ 3.782,49

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

4.6	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	52,90	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 14.063,99
4.7	SINAPI SERVIÇO	100248	dez/21	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	165,32	R\$ 11,12	R\$ 13,87	R\$ 2.292,99
4.8	SINAPI SERVIÇO	90695	dez/21	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	347,17	R\$ 97,78	R\$ 121,97	R\$ 42.344,32
4.9	SINAPI SERVIÇO	90725	dez/21	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	13,00	R\$ 30,68	R\$ 38,27	R\$ 497,51
4.10	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	79,35	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 13.518,07
4.11	SINAPI SERVIÇO	93382	dez/21	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³		R\$ 33,45	R\$ 41,73	R\$ 0,00
				POÇOS DE INSPEÇÃO DA					

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

REDE COLETORA									
4.12	SINAPI SERVIÇO	101616	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M ²	13,00	R\$ 5,33	R\$ 6,65	R\$ 86,45
4.13	SINAPI SERVIÇO	97083	dez/21	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M ²	13,00	R\$ 2,81	R\$ 3,51	R\$ 45,63
4.14	SINAPI SERVIÇO	94962	dez/21	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	1,30	R\$ 317,94	R\$ 396,61	R\$ 515,59
4.15	SINAPI SERVIÇO	101165	dez/21	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M ³	8,89	R\$ 761,31	R\$ 949,68	R\$ 8.442,66
4.16	SINAPI SERVIÇO	94963	dez/21	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	8,45	R\$ 348,16	R\$ 434,31	R\$ 3.669,92
4.17	SINAPI INSUMO	41620	dez/21	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10*	UND	13,00	R\$ 157,31	R\$ 196,23	R\$ 2.550,99

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

				M, E = 0,05M					
				RAMAL DE CALÇADA					
4.18	SINAPI SERVIÇO	97628	dez/21	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	7,44	R\$ 234,04	R\$ 291,95	R\$ 2.172,11
4.19	SINAPI SERVIÇO	93358	dez/21	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	69,43	R\$ 71,95	R\$ 89,75	R\$ 6.231,34
4.20	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	17,36	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 4.615,33
4.21	SINAPI SERVIÇO	89849	dez/21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	495,96	R\$ 70,87	R\$ 88,41	R\$ 43.847,82
4.22	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	52,08	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 8.872,35
4.23	SINAPI SERVIÇO	94990	dez/21	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	7,44	R\$ 655,75	R\$ 818,00	R\$ 6.085,92

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA									
4.24	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	46,00	R\$ 278,57	R\$ 347,50	R\$ 15.985,00
4.25	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	5,00	R\$ 353,94	R\$ 441,52	R\$ 2.207,60
									R\$ 271.867,22
5.0				RUA CÍCERA GUILHERME E RUA RAIMUNDO PEDRO BATISTA FARIAS					R\$ 271.867,22
SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO									
5.1	SINAPI INSUMO	37524	dez/21	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	481,28	R\$ 2,16	R\$ 2,69	R\$ 1.294,64
5.2	SINAPI INSUMO	34498	dez/21	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	4,00	R\$ 130,66	R\$ 162,99	R\$ 651,96
5.3	SINAPI INSUM O	34723	dez/21	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	3,00	R\$ 519,75	R\$ 648,35	R\$ 1.945,05
COLETOR PRINCIPAL									
5.4	SINAPI SERVIÇO	99063	dez/21	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	481,28	R\$ 4,36	R\$ 5,44	R\$ 2.618,16

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

5.5	SINAPI SERVIÇO	102276	dez/21	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	385,02	R\$ 11,46	R\$ 14,30	R\$ 5.505,79
5.6	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	77,00	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 20.471,22
5.7	SINAPI SERVIÇO	100248	dez/21	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	240,64	R\$ 11,12	R\$ 13,87	R\$ 3.337,68
5.8	SINAPI SERVIÇO	90695	dez/21	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	505,34	R\$ 97,78	R\$ 121,97	R\$ 61.636,32

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

5.9	SINAPI SERVIÇO	90725	dez/21	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	19,00	R\$ 30,68	R\$ 38,27	R\$ 727,13
5.10	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	115,51	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 19.678,28
5.11	SINAPI SERVIÇO	93382	dez/21	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³		R\$ 33,45	R\$ 41,73	R\$ 0,00
				POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA					
5.12	SINAPI SERVIÇO	101616	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	19,00	R\$ 5,33	R\$ 6,65	R\$ 126,35
5.13	SINAPI SERVIÇO	97083	dez/21	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M²	19,00	R\$ 2,81	R\$ 3,51	R\$ 66,69
5.14	SINAPI SERVIÇO	94962	dez/21	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	1,90	R\$ 317,94	R\$ 396,61	R\$ 753,56

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

5.15	SINAPI SERVIÇO	101165	dez/21	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M³	13,00	R\$ 761,31	R\$ 949,68	R\$ 12.345,84
5.16	SINAPI SERVIÇO	94963	dez/21	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	12,35	R\$ 348,16	R\$ 434,31	R\$ 5.363,73
5.17	SINAPI INSUMO	41620	dez/21	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	19,00	R\$ 157,31	R\$ 196,23	R\$ 3.728,37
RAMAL DE CALÇADA									
5.18	SINAPI SERVIÇO	97628	dez/21	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	10,83	R\$ 234,04	R\$ 291,95	R\$ 3.161,82
5.19	SINAPI SERVIÇO	93358	dez/21	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	101,07	R\$ 71,95	R\$ 89,75	R\$ 9.071,03
5.20	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	25,27	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 6.718,28

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

5.21	SINAPI SERVIÇO	89849	dez/21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	721,92	R\$ 70,87	R\$ 88,41	R\$ 63.824,95
5.22	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA.AF_05/2016	M³	75,80	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 12.913,29
5.23	SINAPI SERVIÇO	94990	dez/21	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	10,83	R\$ 655,75	R\$ 818,00	R\$ 8.858,94
				POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA					
5.24	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	69,00	R\$ 278,57	R\$ 347,50	R\$ 23.977,50
5.25	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	7,00	R\$ 353,94	R\$ 441,52	R\$ 3.090,64
				DISTRITO DE SERROLÂNDIA					R\$ 625.421,47
6.0				RUAS A,B E C DA VILA PEDRO CÂNDIDO					R\$ 230.268,25
				SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO					

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

6.1	SINAPI INSUMO	37524	dez/21	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	407,31	R\$ 2,16	R\$ 2,69	R\$ 1.095,66
6.2	SINAPI INSUMO	34498	dez/21	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	4,00	R\$ 130,66	R\$ 162,99	R\$ 651,96
6.3	SINAPI INSUMO	34723	dez/21	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	3,00	R\$ 519,75	R\$ 648,35	R\$ 1.945,05
COLETOR PRINCIPAL									
6.4	SINAPI SERVIÇO	99063	dez/21	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	407,31	R\$ 4,36	R\$ 5,44	R\$ 2.215,77
6.5	SINAPI SERVIÇO	102276	dez/21	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	325,85	R\$ 11,46	R\$ 14,30	R\$ 4.659,66
6.6	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	65,17	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 17.326,10
6.7	SINAPI SERVIÇO	100248	dez/21	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS	MXKM	203,66	R\$ 11,12	R\$ 13,87	R\$ 2.824,76

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

				PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019					
6.8	SINAPI SERVIÇO	90695	dez/21	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	427,68	R\$ 97,78	R\$ 121,97	R\$ 52.164,13
6.9	SINAPI SERVIÇO	90725	dez/21	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	16,00	R\$ 30,68	R\$ 38,27	R\$ 612,32
6.10	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	97,75	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 16.652,69
6.11	SINAPI SERVIÇO	93382	dez/21	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³		R\$ 33,45	R\$ 41,73	R\$ 0,00
				POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA					
6.12	SINAPI SERVIÇO	101616	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	16,00	R\$ 5,33	R\$ 6,65	R\$ 106,40
6.13	SINAPI SERVIÇO	97083	dez/21	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM	M²	16,00	R\$ 2,81	R\$ 3,51	R\$ 56,16

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

				COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021					
6.14	SINAPI SERVIÇO	94962	dez/21	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	1,60	R\$ 317,94	R\$ 396,61	R\$ 634,58
6.15	SINAPI SERVIÇO	101165	dez/21	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M³	10,94	R\$ 761,31	R\$ 949,68	R\$ 10.389,50
6.16	SINAPI SERVIÇO	94963	dez/21	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	10,40	R\$ 348,16	R\$ 434,31	R\$ 4.516,82
6.17	SINAPI INSUMO	41620	dez/21	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	16,00	R\$ 157,31	R\$ 196,23	R\$ 3.139,68
				RAMAL DE CALÇADA					
6.18	SINAPI SERVIÇO	97628	dez/21	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	9,16	R\$ 234,04	R\$ 291,95	R\$ 2.674,26

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

6.19	SINAPI SERVIÇO	93358	dez/21	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	85,54	R\$ 71,95	R\$ 89,75	R\$ 7.677,22
6.20	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	21,38	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 5.684,09
6.21	SINAPI SERVIÇO	89849	dez/21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	610,97	R\$ 70,87	R\$ 88,41	R\$ 54.015,86
6.22	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	64,15	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 10.928,59
6.23	SINAPI SERVIÇO	94990	dez/21	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	9,16	R\$ 655,75	R\$ 818,00	R\$ 7.492,88
				POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA					
6.24	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	58,00	R\$ 278,57	R\$ 347,50	R\$ 20.155,00

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

6.25	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	6,00	R\$ 353,94	R\$ 441,52	R\$ 2.649,12
7.0				RUAS A,B E C DA VILA MANAÍBA					R\$ 395.153,22
				SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO					
7.1	SINAPI INSUMO	37524	dez/21	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	700,54	R\$ 2,16	R\$ 2,69	R\$ 1.884,45
7.2	SINAPI INSUMO	34498	dez/21	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	4,00	R\$ 130,66	R\$ 162,99	R\$ 651,96
7.3	SINAPI INSUMO	34723	dez/21	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M ²	3,00	R\$ 519,75	R\$ 648,35	R\$ 1.945,05
				COLETOR PRINCIPAL					
7.4	SINAPI SERVIÇO	99063	dez/21	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	700,54	R\$ 4,36	R\$ 5,44	R\$ 3.810,94
7.5	SINAPI SERVIÇO	102276	dez/21	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M ³	560,43	R\$ 11,46	R\$ 14,30	R\$ 8.014,15
7.6	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE	M ³	112,09	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 29.800,25

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

				1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020					
7.7	SINAPI SERVIÇO	100248	dez/21	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	350,27	R\$ 11,12	R\$ 13,87	R\$ 4.858,24
7.8	SINAPI SERVIÇO	90695	dez/21	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	735,57	R\$ 97,78	R\$ 121,97	R\$ 89.717,47
7.9	SINAPI SERVIÇO	90725	dez/21	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	28,00	R\$ 30,68	R\$ 38,27	R\$ 1.071,56
7.10	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	168,13	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 28.642,63
7.11	SINAPI SERVIÇO	93382	dez/21	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³		R\$ 33,45	R\$ 41,73	R\$ 0,00
				POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA					

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

7.12	SINAPI SERVIÇO	101616	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M ²	28,00	R\$ 5,33	R\$ 6,65	R\$ 186,20
7.13	SINAPI SERVIÇO	97083	dez/21	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M ²	28,00	R\$ 2,81	R\$ 3,51	R\$ 98,28
7.14	SINAPI SERVIÇO	94962	dez/21	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	2,80	R\$ 317,94	R\$ 396,61	R\$ 1.110,51
7.15	SINAPI SERVIÇO	101165	dez/21	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M ³	19,15	R\$ 761,31	R\$ 949,68	R\$ 18.186,37
7.16	SINAPI SERVIÇO	94963	dez/21	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	18,19	R\$ 348,16	R\$ 434,31	R\$ 7.900,10
7.17	SINAPI INSUMO	41620	dez/21	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	28,00	R\$ 157,31	R\$ 196,23	R\$ 5.494,44

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

RAMAL DE CALÇADA									
7.18	SINAPI SERVIÇO	97628	dez/21	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	15,76	R\$ 234,04	R\$ 291,95	R\$ 4.601,13
7.19	SINAPI SERVIÇO	93358	dez/21	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	147,11	R\$ 71,95	R\$ 89,75	R\$ 13.203,12
7.20	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	36,78	R\$ 213,13	R\$ 265,86	R\$ 9.778,33
7.21	SINAPI SERVIÇO	89849	dez/21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	1.050,81	R\$ 70,87	R\$ 88,41	R\$ 92.902,11
7.22	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	110,34	R\$ 136,57	R\$ 170,36	R\$ 18.797,52
7.23	SINAPI SERVIÇO	94990	dez/21	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	15,76	R\$ 655,75	R\$ 818,00	R\$ 12.891,68
POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA									

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

7.24	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	100,00	R\$ 278,57	R\$ 347,50	R\$ 34.750,00
7.25	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	11,00	R\$ 353,94	R\$ 441,52	R\$ 4.856,72

VALOR TOTAL POR EXTENSO: UM MILHÃO, TREZENTOS E SESENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E NOVE CENTAVOS

VALOR TOTAL: R\$1.366.484,09

EXTENSÃO: 2.273,51

CUSTO UNITÁRIO: R\$601,05

TABELA DE REFERÊNCIA UTILIZADA:

- | | | |
|----|---------------------------|--|
| 1° | SINAPI
SERVIÇO | SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL * CUSTO DE COMPOSIÇÕES - SINTÉTICO / DEZEMBRO DE 2021 / NÃO DESONERADA
SITE: https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_653 |
| 2° | SINAPI
INSUMO | SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL * PREÇOS DE INSUMOS / DEZEMBRO DE 2021 / NÃO DESONERADA
SITE: https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_653 |

**DATA BASE DO
ORÇAMENTO:19/02/2022**

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI

SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

OBRA: ESGOTAMENTO SANITÁRIO 2022

LOCAL: SEDE, SERRA BRANCA E SERROLÂNDIA - IPUBI/PE

EXTENSÃO: 2.273,51m

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI –
PE**
CNPJ 11.040.896/0001-59
Pça. Professor Agamenon Magalhães, s/nº
CEP 56260-000
Fone: (87) 3881-1156 – Fax: (87) 3881-
1211
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO



**CRONOGRAMA
FÍSICO E
FINANCEIRO**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	LOCAL	PREÇO TOTAL	INCIDÊNCIA %	MÊS 01		MÊS 02		MÊS 03		MÊS 04		MÊS 05		MÊS 06	
					%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	MUNICÍPIO	R\$ 3.157,54	0,23%	25,00%	R\$ 789,38	25,00%	R\$ 789,38	25,00%	R\$ 789,38			25,00%	R\$ 789,38		
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MUNICÍPIO	R\$ 69.997,56	5,12%	16,67%	R\$ 11.666,26	16,67%	R\$ 11.666,26	16,67%	R\$ 11.666,26	16,67%	R\$ 11.666,26	16,67%	R\$ 11.666,26	16,67%	R\$ 11.666,26
3.0	RUA UBIRAJARA VALERIANO FIGUEIREDO	SEDE	R\$ 208.275,15	15,24%	100,00%	R\$ 208.275,15										

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

4.0	RUA A,B E C PRÓXIMAS AO COLÉGIO ARÃO	SEDE	R\$ 187.765,16	13,74%
-----	--	------	-------------------	--------

100,00%	R\$ 187.765,16
---------	-------------------

5.0	RUA CICERA GUILHERME E RUA RAIMUNDO PEDRO BATISTA FARIAS	SERRA BRANCA	R\$ 271.867,22	19,90%
-----	--	-----------------	-------------------	--------

50,00%	R\$ 135.933,61	50,00%	R\$ 135.933,61
--------	-------------------	--------	-------------------

6.0	RUAS A,B E C DA VILA PEDRO CÂNDIDO	SERROLÂNDIA	R\$ 230.268,25	16,85%
-----	--	-------------	-------------------	--------

50,00%	R\$ 115.134,13	50,00%	R\$ 115.134,13
--------	-------------------	--------	-------------------

7.0	RUAS A,B E C DA VILA MANAÍBA	SERROLÂNDIA	R\$ 395.153,22	28,92%
-----	------------------------------------	-------------	-------------------	--------

50,00%	R\$ 197.576,61	50,00%	R\$ 197.576,61
--------	-------------------	--------	-------------------

R\$ 1.366.484,09	100,00%
---------------------	---------

FINANCEIRO	MEDIDO	R\$ 220.730,79	R\$ 200.220,80	R\$ 263.523,38	R\$ 262.733,99	R\$ 210.032,25	R\$ 209.242,87
	ACUMULADO	R\$ 220.730,79	R\$ 420.951,60	R\$ 684.474,97	R\$ 947.208,97	R\$ 1.157.241,22	R\$ 1.366.484,09
FÍSICO	MEDIDO	16,15%	14,65%	19,28%	19,23%	15,37%	15,31%
	ACUMULADO	16,15%	30,81%	50,09%	69,32%	84,69%	100,00%

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ N° 11.040.896/0001-59**

**VALOR TOTAL POR EXTENSO:
UM MILHÃO, TREZENTOS E
SESSENTA E SEIS MIL,
QUATROCENTOS E OITENTA E
QUATRO REAIS E NOVE
CENTAVOS**

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ N° 11.040.896/0001-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI

SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

OBRA: ESGOTAMENTO SANITÁRIO 2022

LOCAL: SEDE, SERRA BRANCA E SERROLÂNDIA -
IPUBI/PE

EXTENSÃO: 2.273,51m

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI –
PE
CNPJ 11.040.896/0001-59
Pça. Professor Agamenon Magalhães, snº
CEP 56.260-000
Fone: (87) 3881-1156 – Fax: (87) 3881-
1211
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO



MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	COEF.	QUANT.	COMPR. (M)	LARGURA (M)	ALTURA (M)	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M²	1,00	5,00	2,00	1,13		11,25
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA							
2.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	1,00	192,00				192,00
2.2	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	H	1,00	960,00				960,00
2.3	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	MÊS	1,00	6,00				6,00
	SEDE DO MUNICÍPIO							
3.0	RUA UBIRAJARA VALERIANO FIGUEIREDO				353,74			
	SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO							
3.1	TELA PLÁSTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZAÇÃO, MALHA	M	1,00	1,00	353,74			353,74

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

	RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)							
3.2	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	1,00	8,00				8,00
3.3	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	1,00	4,00	1,00		0,75	3,00
COLETOR PRINCIPAL								
3.4	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	1,00	1,00	353,74			353,74
3.5	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	1,00	1,00	353,74	0,80	1,00	282,99
3.6	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	353,74	0,80	0,20	56,60
3.7	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	0,50	1,00	353,74			176,87
3.8	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	1,05	1,00	353,74			371,43

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

3.9	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	1,00	14,00				14,00
3.10	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA.AF_05/2016	M³	1,00	1,00	353,74	0,80	0,30	84,90
3.11	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³	1,25	1,00	353,74	0,80	0,50	176,87
	POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA							
3.12	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	1,00	14,00	1,00	1,00		14,00
3.13	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M²	1,00	14,00	1,00	1,00		14,00
3.14	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	1,00	14,00	1,00	1,00	0,10	1,40
3.15	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M³	1,00	14,00	4,00	0,19	0,90	9,58
3.16	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO	M³	0,95	14,00	4,00	0,19	0,90	9,10

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

	MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021							
3.17	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	1,00	14,00				14,00
	RAMAL DE CALÇADA							
3.18	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	0,10	1,00	530,61	1,50	0,10	7,96
3.19	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	1,00	1,00	530,61	0,35	0,40	74,29
3.20	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	530,61	0,35	0,10	18,57
3.21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	1,00	1,00	530,61			530,61
3.22	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	530,61	0,35	0,30	55,71
3.23	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	0,10	1,00	530,61	1,50	0,10	7,96
	POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA							
3.24	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA,	UN	0,90	56,00				50,00

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

	DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M							
3.25	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	0,10	56,00				5,00
4.0	RUA A,B E C PRÓXIMAS AO COLÉGIO ARÃO				330,64			
	SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO							
4.1	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	1,00	1,00	330,64			330,64
4.2	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	1,00	8,00				8,00
4.3	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M ²	1,00	4,00	1,00		0,75	3,00
	COLETOR PRINCIPAL							
4.4	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	1,00	1,00	330,64			330,64
4.5	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M ³	1,00	1,00	330,64	0,80	1,00	264,51
4.6	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M ³	1,00	1,00	330,64	0,80	0,20	52,90

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

4.7	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	0,50	1,00	330,64			165,32
4.8	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	1,05	1,00	330,64			347,17
4.9	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	1,00	13,00				13,00
4.10	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	330,64	0,80	0,30	79,35
4.11	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³	1,25	1,00	330,64	0,80	0,50	165,32
	POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA							
4.12	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	1,00	13,00	1,00	1,00		13,00
4.13	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M²	1,00	13,00	1,00	1,00		13,00
4.14	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE	M³	1,00	13,00	1,00	1,00	0,10	1,30

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

	CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021							
4.15	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M³	1,00	13,00	4,00	0,19	0,90	8,89
4.16	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	0,95	13,00	4,00	0,19	0,90	8,45
4.17	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	1,00	13,00				13,00
	RAMAL DE CALÇADA							
4.18	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	0,10	1,00	495,96	1,50	0,10	7,44
4.19	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	1,00	1,00	495,96	0,35	0,40	69,43
4.20	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	495,96	0,35	0,10	17,36
4.21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	1,00	1,00	495,96			495,96

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

4.22	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	495,96	0,35	0,30	52,08
4.23	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	0,10	1,00	495,96	1,50	0,10	7,44
	POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA							
4.24	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	0,90	52,00				46,00
4.25	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	0,10	52,00				5,00
	DISTRITO DE SERRA BRANCA							
5.0	RUA CÍCERA GUILHERME E RUA RAIMUNDO PEDRO BATISTA FARIAS				481,28			
	SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO							
5.1	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	1,00	1,00	481,28			481,28
5.2	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	1,00	4,00				4,00
5.3	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	1,00	4,00	1,00		0,75	3,00
	COLETOR PRINCIPAL							
5.4	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	1,00	1,00	481,28			481,28

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

5.5	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	1,00	1,00	481,28	0,80	1,00	385,02
5.6	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	481,28	0,80	0,20	77,00
5.7	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	0,50	1,00	481,28			240,64
5.8	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	1,05	1,00	481,28			505,34
5.9	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	1,00	19,00				19,00
5.10	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	481,28	0,80	0,30	115,51
5.11	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³	1,25	1,00	481,28	0,80	0,50	240,64
	POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA							

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

5.12	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M ²	1,00	19,00	1,00	1,00		19,00
5.13	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M ²	1,00	19,00	1,00	1,00		19,00
5.14	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	1,00	19,00	1,00	1,00	0,10	1,90
5.15	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M ³	1,00	19,00	4,00	0,19	0,90	13,00
5.16	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	0,95	19,00	4,00	0,19	0,90	12,35
5.17	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	1,00	19,00				19,00
	RAMAL DE CALÇADA							
5.18	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M ³	0,10	1,00	721,92	1,50	0,10	10,83
5.19	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30	M ³	1,00	1,00	721,92	0,35	0,40	101,07

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

	M. AF_02/2021							
5.20	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	721,92	0,35	0,10	25,27
5.21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	1,00	1,00	721,92			721,92
5.22	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	721,92	0,35	0,30	75,80
5.23	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	0,10	1,00	721,92	1,50	0,10	10,83
	POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA							
5.24	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	0,90	77,00				69,00
5.25	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	0,10	77,00				7,00
	DISTRITO DE SERROLÂNDIA							
6.0	RUAS A,B E C DA VILA PEDRO CÂNDIDO SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO				407,31			
6.1	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	1,00	1,00	407,31			407,31

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

6.2	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	1,00	4,00				4,00
6.3	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	1,00	4,00	1,00		0,75	3,00
COLETOR PRINCIPAL								
6.4	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	1,00	1,00	407,31			407,31
6.5	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	1,00	1,00	407,31	0,80	1,00	325,85
6.6	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	407,31	0,80	0,20	65,17
6.7	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	0,50	1,00	407,31			203,66
6.8	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	1,05	1,00	407,31			427,68
6.9	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE	UND	1,00	16,00				16,00

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

	ESGOTO. AF_01/2021								
6.10	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M ³	1,00	1,00	407,31	0,80	0,30	97,75	
6.11	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M ³	1,25	1,00	407,31	0,80	0,50	203,66	
	POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA								
6.12	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M ²	1,00	16,00	1,00	1,00		16,00	
6.13	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M ²	1,00	16,00	1,00	1,00		16,00	
6.14	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	1,00	16,00	1,00	1,00	0,10	1,60	
6.15	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M ³	1,00	16,00	4,00	0,19	0,90	10,94	
6.16	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M ³	0,95	16,00	4,00	0,19	0,90	10,40	

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

6.17	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	1,00	16,00				16,00
	RAMAL DE CALÇADA							
6.18	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	0,10	1,00	610,97	1,50	0,10	9,16
6.19	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	1,00	1,00	610,97	0,35	0,40	85,54
6.20	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	610,97	0,35	0,10	21,38
6.21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	1,00	1,00	610,97			610,97
6.22	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	610,97	0,35	0,30	64,15
6.23	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	0,10	1,00	610,97	1,50	0,10	9,16
	POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA							
6.24	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	0,90	65,00				58,00

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

6.25	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	0,10	65,00				6,00
7.0	RUAS A,B E C DA VILA MANAIBA				700,54			
	SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO							
7.1	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	1,00	1,00	700,54			700,54
7.2	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	1,00	4,00				4,00
7.3	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M ²	1,00	4,00	1,00		0,75	3,00
	COLETOR PRINCIPAL							
7.4	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	1,00	1,00	700,54			700,54
7.5	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M ³	1,00	1,00	700,54	0,80	1,00	560,43
7.6	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M ³	1,00	1,00	700,54	0,80	0,20	112,09
7.7	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM).	MXKM	0,50	1,00	700,54			350,27

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

	AF_07/2019								
7.8	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	1,05	1,00	700,54				735,57
7.9	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES DE ESGOTO. AF_01/2021	UND	1,00	28,00					28,00
7.10	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	700,54	0,80	0,30		168,13
7.11	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³	1,25	1,00	700,54	0,80	0,50		350,27
	POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA								
7.12	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	1,00	28,00	1,00	1,00			28,00
7.13	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M²	1,00	28,00	1,00	1,00			28,00
7.14	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	1,00	28,00	1,00	1,00	0,10		2,80

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

7.15	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M³	1,00	28,00	4,00	0,19	0,90	19,15
7.16	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	0,95	28,00	4,00	0,19	0,90	18,19
7.17	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,10* M, E = 0,05M	UND	1,00	28,00				28,00
	RAMAL DE CALÇADA							
7.18	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	0,10	1,00	1050,81	1,50	0,10	15,76
7.19	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	1,00	1,00	1050,81	0,35	0,40	147,11
7.20	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	1,00	1,00	1050,81	0,35	0,10	36,78
7.21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	1,00	1,00	1050,81			1050,81
7.22	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	1,00	1,00	1050,81	0,35	0,30	110,34

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

7.23	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	0,10	1,00	1050,81	1,50	0,10	15,76
	POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA							
7.24	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	0,90	112,00				100,00
7.25	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE-MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	0,10	112,00				11,00

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ N° 11.040.896/0001-59

PREFEITUR
A
MUNICIPAL
DE IPUBI

SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

OBRA: ESGOTAMENTO SANITÁRIO 2022

LOCAL: SEDE, SERRA BRANCA E SERROLÂNDIA - IPUBI/PE

EXTENSÃO: 2.273,51m

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI -
PE
CNPJ 11.040.896/0001-59
Pça. Professor Agamenon Magalhães, s/n°
(CEP 56.260-000)
Fone: (87) 3881-1156 - Fax: (87) 3881-
1211
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO



COMPOSIÇÃO DE BDI PARA EDIFICAÇÕES - (SEM DESONERAÇÃO)

ITEM	COMPONENTES DO BDI	DETERMINAÇÃO	(%)
DESPESAS INDIRETAS			
AC	TAXA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	ACÓRDÃO TCU N.º 2622.2013	4,93%
R	RISCO	ACÓRDÃO TCU N.º 2622.2013	1,39%
SG	SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	ACÓRDÃO TCU N.º 2622.2013	0,49%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	ACÓRDÃO TCU N.º 2622.2013	0,99%
BENEFÍCIOS			
T	TRIBUTOS = PIS+COFINS+ISS+CPRB		5,40%
PIS	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	LEI FEDERAL 9.718/1998	0,65%
COFINS	CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	LEI FEDERAL 9.718/1998	3,00%

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA DEDUÇÕES ESTIMADAS COM MATERIAIS=65% ALÍQUOTA PRATICADA=5% FATOR MULTIPLICATIVO=35% ALÍQUOTA EFETIVA=2%	LEI FEDERAL: ALÍQUOTA MÍNIMA(EMENDA CONSTITUCIONAL 37/2002) E ALÍQUOTA MÁXIMA(LC 116/2003) LEI MUNICIPAL Nº 622/2003, ART 1º, ITEM 7 E ART 14º	1,75%
CPRB	CONTRIB. PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB	LEI FEDERAL 12.546/2011	0,00%
L	LUCRO BRUTO	ACÓRDÃO TCU N.º 2622.2013	9,40%

BDI = 24,74%

FÓRMULA DO BDI:

$$BDI = \frac{(1+AC+SG+R)*(1+DF)*(1+L)}{(1-T)} - 1$$

DECLARO SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES REFERENTES AO PERCENTUAL DO ISS PRATICADO PELO MUNICÍPIO DE IPUBI/PE, CONFORME LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.

DECLARO SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS DEMAIS PERCENTUAIS PRATICADOS , NA COMPOSIÇÃO DO BDI, EM CONFORMIDADE COM O ACÓRDÃO 2622.2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU.

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI

SECRETARIA DE OBRAS E
URBANISMO

OBRA: ESGOTAMENTO SANITÁRIO
2022

LOCAL: SEDE, SERRA BRANCA E SERROLÂNDIA - IPUBI/PE

EXTENSÃO: 2.273,51m

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI – PE
CNPJ. 11.040.896/0001-59
Pça. Professor Agamenon Magalhães, s/nº
CEP. 56260-000
Fone: (87) 3881-1156 – Fax: (87) 3881-1211
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO



RESUMO DOS INSUMOS

ITEM	REFERÊNCIA DOS PREÇOS			DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	INCID %	P. UNIT COM BDI	P.TOTAL
	FONTES	CÓDIGO	DATA						
1.1	SINAPI INSUMO	4813	dez/21	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M²	11,25	0,23%	R\$ 280,67	R\$ 3.157,54
2.1	SINAPI INSUMO	2706	dez/21	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	192,00	1,59%	R\$ 113,35	R\$ 21.763,20
2.2	SINAPI INSUMO	4083	dez/21	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	H	960,00	3,12%	R\$ 44,35	R\$ 42.576,00
2.3	SINAPI INSUMO	10775	dez/21	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	MÊS	6,00	0,41%	R\$ 943,06	R\$ 5.658,36
				SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO					
3.1	SINAPI INSUMO	37524	dez/21	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	2.273,51	0,45%	R\$ 2,69	R\$ 6.115,74

Pça. Agamenon Magalhães, s/n, centro, Ipubi-PE. CEP 56.260-000. Telefax (0xx87)3881-1156

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

3.2	SINAPI INSUMO	34498	dez/21	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UND	28,00	0,33%	R\$ 162,99	R\$ 4.563,72
3.3	SINAPI INSUMO	34723	dez/21	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	15,00	0,71%	R\$ 648,35	R\$ 9.725,25
COLETOR PRINCIPAL									
3.4	SINAPI SERVIÇO	99063	dez/21	LOCAÇÃO DE REDE DE ÁGUA OU ESGOTO. AF_10/2018	M	2.273,51	0,91%	R\$ 5,44	R\$ 12.367,89
3.5	SINAPI SERVIÇO	102276	dez/21	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M³	1.818,80	1,90%	R\$ 14,30	R\$ 26.008,84
3.6	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	363,76	7,08%	R\$ 265,86	R\$ 96.709,23
3.7	SINAPI SERVIÇO	100248	dez/21	TRANSPORTE HORIZONTAL MANUAL, DE TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL - ESGOTO PREDIAL, OU REFORÇADO PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, COM DIÂMETRO MAIOR QUE 100 MM E MENOR OU IGUAL A 150 MM (UNIDADE: MXKM). AF_07/2019	MXKM	1.136,76	1,15%	R\$ 13,87	R\$ 15.766,86
3.8	SINAPI SERVIÇO	90695	dez/21	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	2.387,19	21,31%	R\$ 121,97	R\$ 291.165,56
3.9	SINAPI SERVIÇO	90725	dez/21	JUNTA ARGAMASSADA ENTRE TUBO DN 150 MM E O POÇO DE VISITA/ CAIXA DE CONCRETO OU ALVENARIA EM REDES	UND	90,00	0,25%	R\$ 38,27	R\$ 3.444,30

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59

				DE ESGOTO. AF_01/2021					
3.10	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	545,64	6,80%	R\$ 170,36	R\$ 92.955,23
3.11	SINAPI SERVIÇO	93382	dez/21	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M³	176,87	0,54%	R\$ 41,73	R\$ 7.380,79
				POÇOS DE INSPEÇÃO DA REDE COLETORA					
3.11	SINAPI SERVIÇO	101616	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	90,00	0,04%	R\$ 6,65	R\$ 598,50
3.12	SINAPI SERVIÇO	97083	dez/21	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M²	90,00	0,02%	R\$ 3,51	R\$ 315,90
3.13	SINAPI SERVIÇO	94962	dez/21	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	9,00	0,26%	R\$ 396,61	R\$ 3.569,49
3.14	SINAPI SERVIÇO	101165	dez/21	ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CONCRETO, DE 14X19X29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M³	61,56	4,28%	R\$ 949,68	R\$ 58.462,30
3.15	SINAPI SERVIÇO	94963	dez/21	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	M³	58,49	1,86%	R\$ 434,31	R\$ 25.402,79

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

				AF_05/2021					
3.16	SINAPI INSUMO	41622	dez/21	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA POCO, COM FURO E TAMPINHA, D = *1,35* M, E = 0,05M	UND	90,00	1,29%	R\$ 196,23	R\$ 17.660,70
				RAMAL DE CALÇADA					
3.17	SINAPI SERVIÇO	97628	dez/21	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	51,15	1,09%	R\$ 291,95	R\$ 14.933,24
3.18	SINAPI SERVIÇO	93358	dez/21	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M³	477,44	3,14%	R\$ 89,75	R\$ 42.850,24
3.19	SINAPI SERVIÇO	101618	dez/21	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_08/2020	M³	119,36	2,32%	R\$ 265,86	R\$ 31.733,05
3.20	SINAPI SERVIÇO	89849	dez/21	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014	M	3.410,27	22,06%	R\$ 88,41	R\$ 301.501,97
3.21	SINAPI SERVIÇO	94342	dez/21	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	M³	358,08	4,46%	R\$ 170,36	R\$ 61.002,51
3.22	SINAPI SERVIÇO	94990	dez/21	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	51,15	3,06%	R\$ 818,00	R\$ 41.840,70
				POÇOS DE INSPEÇÃO DOS RAMAIS DE CALÇADA					

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
CNPJ Nº 11.040.896/0001-59**

3.23	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE- MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,40 X 0,40 X 0,40 M	UN	323,00	8,21%	R\$ 347,50	R\$ 112.242,50
3.24	SINAPI INSUMO	41629	ago/21	CAIXA DE CONCRETO ARMADO PRE- MOLDADO, COM FUNDO E TAMPA, DIMENSOES DE 0,60 X 0,60 X 0,50 M	UN	34,00	1,10%	R\$ 441,52	R\$ 15.011,68

VALOR TOTAL:	R\$ 1.366.484,09
---------------------	-----------------------------

- **ESGOTAMENTO SANITÁRIO 2022**

MEMORIAL DESCRITIVO

SEDE DO MUNICÍPIO, DISTRITO DE SERRA BRANCA E SERROLÂNDIA – IPUBI/PE
Fevereiro de 2022

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial tem por objetivo definir as condições e procedimentos gerais de qualidade e produtividade que garantirão o acompanhamento de projetos e obras contratados aprovados por parte da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os serviços contratados serão executados dentro da mais perfeita técnica, obedecendo às disposições deste **MEMORIAL DESCRITIVO** e às **Normas Técnicas** pertinentes.

Considera-se como **SIMILAR** os materiais com as **MESMAS CARACTERÍSTICAS** técnicas do definido como parâmetro e que atenda às exigências constantes nas **Normas Técnicas Brasileiras**.

As definições e orientações deste caderno referem-se às construções convencionais. Para outras metodologias construtivas, deverão ser considerados os requisitos técnicos determinados em norma, bem como os requisitos mínimos de habitabilidade.

A qualidade deverá ser obtida com um produto ou serviço que atenda perfeitamente, de forma confiável, acessível, segura e no tempo certo, às necessidades solicitadas em projeto.

Caberá ao construtor o planejamento administrativo e técnico, devendo submetê-lo, entretanto, a aprovação prévia da fiscalização da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**.

As especificações técnicas só poderão ser modificadas, com autorização por escrito, emitida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**.

Todo material a ser empregado na obra será apreciado pela equipe técnica da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**, antes da aplicação do mesmo.

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

É obrigação da Empresa contratada, a execução de todas as obras ou serviços descritos ou mencionados neste **CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES**, ou constante no projeto ou planilha, fornecendo para tanto, toda mão de obra e equipamentos necessários.

São de responsabilidade da CONTRATADA:

-O cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas, Previdência Social e Seguro de Acidentes do Trabalho;

- O pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras, que vierem a incidir sobre a execução da obra ou serviços;
- Ser responsável pela existência de toda e qualquer irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo, desde que provenham da má execução do serviço, sem ônus para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**;
- Fornecer os materiais empregados conforme referenciados nas planilhas orçamentárias;
- Manter todos os projetos em local visível no canteiro de obras;
- Fornecer as cópias (em papel sulfite 1) dos **Projetos para execução da referida obra**, logo após a ordem do início dos serviços, devidamente assinadas e aprovadas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI**, antes do início da execução da mesma.

4. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI** através de Profissional qualificado com **Registro atualizado no CREA**, o qual exercerá sobre a **CONTRATADA**, o controle e inspeção da execução da obra em suas diversas fases, e decidirá sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção. As anotações necessárias, bem como a discriminação de todos os eventos ocorridos na obra, serão obrigatoriamente registradas pela **CONTRATADA** no livro **DIÁRIO DE OBRA**, entre elas:

- As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- As modificações efetuadas no decorrer da obra;
- As consultas à fiscalização;
- As datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma físico financeiro aprovado;
- Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- As respostas às interpelações da fiscalização;
- Quaisquer outros fatos que devam ser objeto de registro.

Nota: A presença da fiscalização na obra não eximirá a responsabilidade da empresa contratada quanto à perfeita execução do trabalho.

5. MEDIDAS DE SEGURANÇA

A execução da obra deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores, observando as leis em vigor, deverão ser atendidos todos os itens pertinentes da NR-18, principalmente no que diz respeito à segurança pessoal, com o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

A utilização destes equipamentos será obrigatória em todas as dependências da obra.

O uso de equipamentos de segurança como botas, capacetes, óculos de proteção, cintos de segurança (trabalhos em altura superior a 2,00m), máscaras, entre outros, serão obrigatórios.

Não deverá ser permitida a entrada ou o trânsito de terceiros na obra durante a execução da mesma.

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PLACA DA OBRA

A placa de obra deverá seguir todos os padrões definidos no “Manual Visual de Placas de Obras” do Governo Federal. Será confeccionada em chapa galvanizada nº 22 fixada com estrutura de madeira. Terá área de 2,25m², com altura de 1,125m e largura de 2,0m e deverá ser afixada em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. A placa deverá ser mantida em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

SINALIZAÇÃO DA OBRA

- Será de responsabilidade da Empreiteira todos os contatos, junto ao órgão competente, necessários à interdição das vias de tráfego, inclusive a observância das determinações daquele órgão e da legislação pertinente ao Trânsito.

- Só será permitida a abertura de vala, mediante a adequada sinalização do local.

- A Empreiteira deverá colocar, no local da obra e em cada frente de trabalho, cavaletes e bandeiras vermelhas. Sempre que necessário, a critério da Fiscalização, deverão ainda ser colocadas sinalizações a diferentes distâncias das frentes de trabalho, como advertência aos veículos. Durante a noite, serão instaladas e mantidos outros avisos luminosos, em cada cavalete e ao longo das frentes de trabalho.

- Após o período normal de trabalho diário, a Empreiteira manterá vigias em número suficiente, de modo a assegurar a sinalização e proteção do canteiro de trabalho.

- Visando garantir o tráfego normal de veículos e pedestres ou o acesso dos moradores e usuários aos prédios, serão utilizadas passarelas e passagens que garantam a circulação segura e confortável dos transeuntes.

- Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a Empreiteira continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local, pela segurança do canteiro de serviço, contra acidentes tanto com veículos como pessoas.

LOCAÇÃO E NIVELAMENTO

- Os serviços de locação do eixo da rede condominial serão feitos através da cravação no terreno de piquetes de madeira ou marcas a tinta, nos locais onde serão construídas as caixas de inspeção, e o nivelamento do terreno feito a partir de uma RN arbitrária para cada quadra representada por marcas a tinta ("copinhos") externamente aos muros das residências.
- Caberá à Empreiteira o nivelamento das réguas da rede condominial fazendo o transporte de cotas por "mangueiras de nível" a partir da RN implantada na quadra.
- Os serviços deverão ser executados de montante para jusante com objetivo de favorecer as alterações dos greides das canalizações pela Fiscalização, que são frequentes neste tipo de obra.
- O nivelamento das réguas subseqüentes à primeira implantada deverá ter sempre a extensão real do trecho e a declividade mínima.
- Tendo em vista a exigüidade de espaço comumente observados nas obras de esgoto condominial, a régua poderá ser substituída por uma estaca com 7cm x 7cm x 2cm cravada no eixo da caixa, desde que o comprimento entre estacas não ultrapasse 15m.
- Após a colocação das réguas ou estacas para um trecho definido por duas caixas de passagem, a Fiscalização procederá à conferência das cotas das mesmas, autorizando o início dos trabalhos de assentamento das tubulações.

DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTOS EM PISO CIMENTADO, LADRILHO HIDRÁULICO, PEDRA PORTUGUESA OU CERÂMICA

- A abertura das valas em áreas revestidas será efetuada conforme o tipo de revestimento existente, com equipamentos manuais.
- Caberá à Empreiteira a remoção e posterior reposição dos revestimentos e contrapisos demolidos, salvo indicação específica em contrário.
- A demolição do revestimento deverá ser restrita à largura máxima da vala, estabelecida pela profundidade média do coletor.

ESCAVAÇÃO DE VALAS

- O eixo da vala deverá corresponder rigorosamente ao eixo do tubo, sendo respeitados os alinhamentos e as cotas indicadas na Ordem de Serviço, com eventuais modificações autorizadas pela Fiscalização.
- As escavações deverão ser executadas com cautelas indispensáveis à preservação das propriedades.
- Não será considerado pela Fiscalização qualquer excesso de escavação, fora dos limites pela mesma tolerados.
- Qualquer excesso de escavação ou depressões no fundo da vala deverá ser preenchido com areia, pó de pedra

ou outro material de boa qualidade com predominância arenosa, desde que explicitamente aprovado pela Fiscalização.

ESGOTAMENTO DE VALA COM MOTO-BOMBA

- Será obrigatório o esgotamento quando a escavação atingir terrenos embebidos, lençol d'água ou as cavas acumulem água de chuva, impedindo ou prejudicando o andamento dos serviços.
- Deverão ser adotadas as devidas precauções no sentido de garantir o lançamento da água sem prejuízo de outras partes em construção ou de edificações existentes, encaminhando sempre que possível as águas para galerias de águas pluviais existentes.
- Em se tratando de cavas com profundidade relativamente pequena, o esgotamento poderá ser procedido através de bombas imersas ou superficiais.

ESCORAMENTO DE VALAS

- Será utilizado o escoramento sempre que o solo que constitui as paredes da vala for passível de desmoronamento, ou tratar-se de profundidade que possa comprometer a segurança dos operários a critério da Fiscalização.
- O escoramento será dispensado:
 - quando houver possibilidade de se escavar a vala com paredes em taludes inclinados, desde que seja assegurada a estabilidade da vala.
 - quando a escavação, dependendo do tipo de solo, puder ser executada de forma descontínua, isto é, escavações com extensões entre 3 e 5m, deixando o solo intacto entre 0,5m e 1,0m, tornando-se a escavar adiante. O bloco de terra que separa dois lances escavados é chamado de dama.

COLCHÃO DE AREIA

- O colchão de areia é um dos tipos de embasamento utilizado para assentamento de coletores de esgoto. Tem a finalidade de fazer o ajuste da canalização com o fundo da vala escavada.
- Será utilizado quando o terreno for constituído por solo argiloso compactado, rocha ou terrenos soltos nos quais se verifique a presença de pedregulhos, matéria orgânica ou materiais estranhos diversos que possam prejudicar o perfeito assentamento do coletor.
- O colchão de areia será no mínimo de 0,10m para os tubos de 100mm, devendo a vala ser preenchida com o mesmo material até uma altura mínima de 0,10m acima da geratriz superior.
- Em qualquer caso, caberá à Fiscalização autorizar a Empreiteira a utilizar o colchão de areia, observadas as condições do terreno escavado para cada trecho de coletor.

ASSENTAMENTO DE TUBOS

- O alinhamento e o nivelamento dos tubos serão assegurados mediante a instalação de réguas ou a cravação de estacas nos pontos definidos como eixo das caixas de passagem. Tais réguas ou estacas serão niveladas com auxílio de mangueiras de nível de forma a reproduzir a declividade que deverá ter atubulação no trecho.
- Para os tubos de PVC, face ao seu comprimento, leveza e flexibilidade, a linha de nylon deverá ser esticada por cima da geratriz superior externa do tubo, cuja declividade da linha é dada a partir do nivelamento das réguas ou estacas, conforme explicado anteriormente para as manilhas.
- As juntas dos tubos PVC serão soldadas ou do tipo flexível com anel de borracha.
- O assentamento da rede condominial será pago por metro linear de rede totalmente concluída na quadra, inclusive reaterro, reposição de pavimentos e limpeza.
- O assentamento dos coletores deverá seguir rigorosamente as cotas e distâncias apresentadas nas ordens de serviço, não podendo a Empreiteira em hipótese alguma realizar modificações sem prévia autorização da Fiscalização.
- Consideradas as valas prontas para assentamento de tubulações, a Fiscalização procederá à conferência das cotas de régua. Verificada a sua exatidão e a boa execução das valas, o trecho será liberado para assentamento.
- Quando o material do fundo da vala permitir o assentamento sem berço, deverão ser produzidos rebaixos, sob cada bolsa ou luva ("cachimbo") de sorte a proporcionar o apoio da tubulação sobre o terreno, em toda sua extensão.
- Em qualquer caso, exceto nos berços especiais de concreto, a tubulação deverá ser assentada sobre o terreno ou colchão de areia de forma que, considerando uma seção transversal do tubo, a sua superfície inferior externa fique apoiada no terreno ou berço, em extensão equivalente a 60% do diâmetro externo, no mínimo.
- Por ocasião do assentamento, deverão ser tomadas as seguintes precauções:
 - Antes do assentamento, os tubos deverão ser inspecionados, retirando-se aqueles que apresentarem trincas, fraturas ou defeitos outros oriundos da fabricação ou de transporte;
 - Os tubos dos coletores ficarão apoiados em todo o seu comprimento no leito da vala, com juntas perfeitamente conectadas e sem sinuosidades verticais ou horizontais;
 - A descida e montagem da tubulação nas valas serão procedidas com toda cautela, empregando-se equipamentos adequados para cada etapa do serviço;
 - As juntas ao encaixe dos anéis serão previamente limpas antes da colocação dos mesmos, tomando-se todas as providências necessárias para não danificá-las na ocasião em que se fizer a conexão dos tubos.
- No caso de utilização de tubos PVC, o assentamento deverá seguir rigorosamente as orientações do fabricante.
- Concluído o assentamento, a Empreiteira procederá aos testes de estanqueidade do trecho na presença da Fiscalização que, aprovando o mesmo, liberará o restante das valas. Os defeitos porventura observados durante os testes serão reparados pela Empreiteira, procedendo-se novo teste e assim sucessivamente até que todo o trecho possa ser aprovado.

- Aprovado o trecho, a Empreiteira elaborará o cadastro, o qual será subsidiado com as informações gráficas e analíticas constantes da Ordem de Serviço, bem como as suas eventuais modificações, quando inevitáveis.
- As travessias sob rodovias ou estradas de ferro serão executadas em obediência às exigências dos órgãos competentes, ficando a Empreiteira incumbida de obter, em tempo hábil, todos os detalhes necessários às respectivas construções, submetendo-os à apreciação da Fiscalização.

ATERRO

- O aterro deverá ser executado em camadas aproximadamente horizontais, com uma espessura de 0,20m cada, podendo a mesma ser aumentada tendo em vista o tipo de equipamento utilizado e a natureza do solo.
- O aterro deverá ser executado com máximo cuidado, a fim de garantir a proteção das fundações e das tubulações e evitar recalques que venham a provocar danos aos pisos.
- Deverá ser retirada do aterro toda a matéria orgânica, bem como troncos, raízes e entulhos que porventura para ali tenham sido transportados.
- As camadas deverão ser compactadas na unidade ótima fornecida pelo ensaio Proctor, devendo o material de aterro ser aerado ou umedecido, consoante a sua umidade natural.
- A critério da Fiscalização, deverá ser feita a verificação da densidade obtida em cada camada, que não deverá ser inferior a 95% daquela obtida pelo ensaio Proctor Normal.
- Se a carga atuante no aterro assim o exigir, condições especiais deverão ser adotadas em sua execução, com referência às características geotécnicas do material, densidade e grau de compactação, bem como controle tecnológico da execução.
- O pagamento será efetuado por metro cúbico de aterro compactado, consoante as seções transversais levantadas antes e após a execução do aterro, obedecido o projeto, devendo o seu preço unitário compreender a aquisição, escavação, regularização, umedecimento ou aeração, compactação e todos os demais serviços e encargos necessários à execução do aterro.

REATERRO APILOADO

- O reaterro será executado com o máximo cuidado, a fim de garantir a proteção da tubulação e evitar o afundamento posterior dos revestimentos.
- O espaço compreendido entre a base do assentamento e a cota definida pela geratriz superior externado tubo, acrescido de 0,10m, deve ser preenchido com aterro cuidadosamente selecionado isento de pedras e corpos estranhos e adequadamente adensado. Na impossibilidade de se utilizar o próprio material escavado, deverá ser utilizado material granular fino, preferivelmente arenoso (colchão de areia).
- O restante do aterro deve ser executado em camadas de 0,20m de espessura, podendo-se usar o material da escavação, desde que o mesmo se apresente isento de pedras grandes ou corpos estranhos de dimensões notáveis, submetendo-se o material à aprovação da Fiscalização.

- As primeiras camadas, nas proximidades da tubulação, deverão ser compactadas manualmente de maneira a não danificar ou deslocar os tubos assentados procedendo-se ao reaterro simultaneamente em ambos os lados da tubulação.
- A compactação das camadas mais superficiais poderá ser mecânica, por compactadores tipo sapo, ou por inundação da vala nos terrenos arenosos.
- O grau de compactação mínimo exigido será aquele que garanta o não afundamento posterior da vala, por efeito de acomodação ou recalque do aterro.
- Caso haja perigo de ruptura na tubulação, por efeito de carga do reaterro ou sobrecarga, ou ainda de carregamento de material, será executada proteção conveniente definida para cada caso pela Fiscalização.
- Não serão considerados para efeito de medição do volume de reaterro, os excessos eventualmente deixados acima do terreno (leirões) para garantir eventuais recalques.

CAIXAS DE PASSAGEM

- As caixas de passagem, serão de 0,40m e de 0,60m de diâmetro:
- Caixas de 0,40m de diâmetro - para profundidades inferiores a 0,70m.
- Caixas de 0,60m de diâmetro - para profundidades entre 0,70 e 1,00m.
- A laje de fundo será construída em concreto simples com espessura de 0,10m no traço 1:3:5.
- O embasamento será executado com tijolos maciços tipo coroa.
- As banquetas e calhas executadas no fundo das caixas serão executadas em concreto simples no traço 1:3:5, revestidas com argamassa de cimento e areia no traço 1:2, com acabamento liso.
- A câmara de trabalho será constituída com anéis pré-moldados de concreto armado e a tampa executada em concreto armado.
- Tanto os anéis pré-moldados quanto às tampas deverão atender as dimensões e ferragens especificadas nos desenhos pertinentes.
- As calhas executadas no fundo das caixas deverão ter configuração de acordo com os desenhos anexos, considerando-se a quantidade e posição de ramais afluentes.
- Para as áreas revestidas, a face superior das tampas será nivelada com a superfície do piso acabado.
- Para as áreas não revestidas, as tampas das caixas deverão sacar do terreno uma altura correspondente à espessura das mesmas, acrescida de 0,05m.
- Após a conclusão dos serviços e inspecionadas as tubulações, as caixas de passagem serão lacradas com uma

argamassa fraca de cimento e areia ou cimento e argila no traço 1:12.

- As caixas de passagem serão pagas por unidade acabada, estando incluído em seus preços unitários os custos referentes à escavação, reaterro e demais serviços necessários a sua construção.

REPOSIÇÃO DE CONTRAPISOS, PISO CIMENTADO, PISO EM LADRILHO HIDRÁULICO, PEDRA PORTUGUESA E PISO CERÂMICO

- Os contrapisos e os revestimentos serão restaurados com o mesmo tipo e características do que foi removido, devendo a Empreiteira efetuar o fornecimento dos materiais necessários e remover as sobras entulhadas.

- As restaurações dos revestimentos poderão exceder a largura da vala, desde que necessário, com o limite máximo adicional de 0,40m.

- O lastro de piso será executado em concreto no traço 1:4:8, com espessura máxima de 0,10m.

- O piso cimentado será executado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com 0,02m de espessura e com acabamento liso.

- O piso cerâmico serão assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:6, com 0,02m de espessura, sobre lastro de piso aplicado.

- Os serviços de reposição dos contrapisos e revestimentos serão pagos por metro quadrado medido pelo comprimento e largura de vala escavada.

POÇOS DE VISITA DE ESGOTO

- Os poços de visita serão executados nos locais indicados nas ordens de serviço e consoante com as características aqui discriminadas e os detalhes fornecidos pelos projetos.

- A laje de fundo será em concreto simples, no traço 1:4,5:4,5 em volume, com espessura de 0,10m.

- O embasamento será executado até a geratriz superior externa do coletor com blocos estruturais de concreto e assentamento em argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

- A laje de concreto armado a ser colocada sobre a câmara de trabalho terá abertura excêntrica sobre a qual será, dependendo de cada caso, assentado o tampão ou construída a chaminé de acesso. A laje deverá ser dimensionada para suportar as sobrecargas oriundas da chaminé de acesso, tampão e reaterro bem como carga de veículos nos poços localizados na faixa de rolamento das vias.

- A chaminé de acesso será em tubos de concreto armado, de 0,60m de diâmetro interno, e demais características idênticas às dos tubos da câmara de trabalho.

- O tampão em concreto armado deverá atender ao modelo e especificações de acordo com o desenho anexo.

- As banquetas de calhas executadas no fundo do poço serão confeccionadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:2 em volume, e acabamento liso.

- Todas as peças serão assentadas e rejuntadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume.
- Para os poços localizados em zonas alagadas ou inundáveis, poderá ser exigida pela Fiscalização a impermeabilização das superfícies internas desses poços.

LIMPEZA FINAL E ENTREGA DA OBRA

- Após a conclusão dos serviços, o canteiro de obra, ruas e instalações deverão ser limpos e removidos os entulhos, sendo estes trabalhos acelerados nos locais onde haja atividade comercial e/ou tráfego intenso.
- A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar perfeito funcionamento todas as instalações, equipamentos, aparelhagem e instrumentação, com ligações definitivas às redes de serviço público de luz e força, água e telefone.
- Nas obras civis deverá também ser procedida a limpeza final e lavagem dos pisos, paredes sobre-revestidas e peças sanitárias e removidos quaisquer vestígios de tinta, manchas e argamassa.
- No caso de adutoras, o recebimento será precedido de testes de vazão que comprovem haver sido atingidos os valores prefixados no projeto.
- A entrega da obra e seu recebimento pela Prefeitura serão procedidos após vistoria efetuada e constatado o fiel cumprimento dos projetos elaborados e o perfeito funcionamento das instalações e redes.

7. CRITÉRIOS DE CONTROLE

Será inspecionada previamente a qualidade dos materiais conforme indicação do projeto, especificações próprias e normas da ABNT.

O material que não atender as especificações será rejeitado e imediatamente retirado do trecho da obra ou do canteiro.

8. CRITÉRIOS DE ANALOGIA

Fica expressamente proibida qualquer alteração de projetos e/ou especificações sem a prévia anuência do projetista ou especificador e da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI** com manifestação escrita para cada caso;

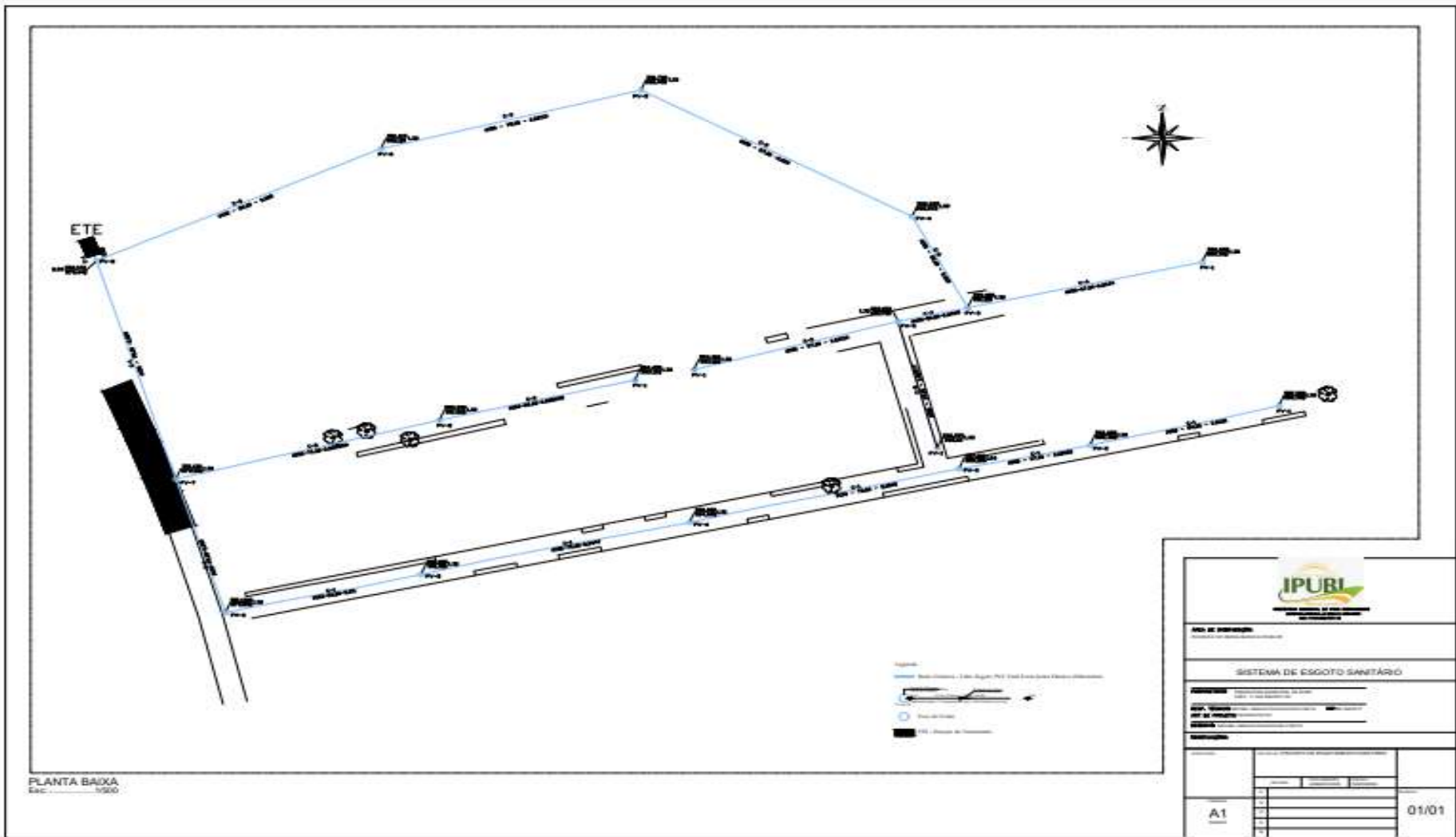
9. ETAPAS DA OBRA

- Instalação de Placa de obra;
- Sinalização e Isolamento;
- Execução do coletor principal;
- Execução dos poços de inspeção;
- Execução do ramal de calçada;
- Execução das caixas de inspeção das calçadas.

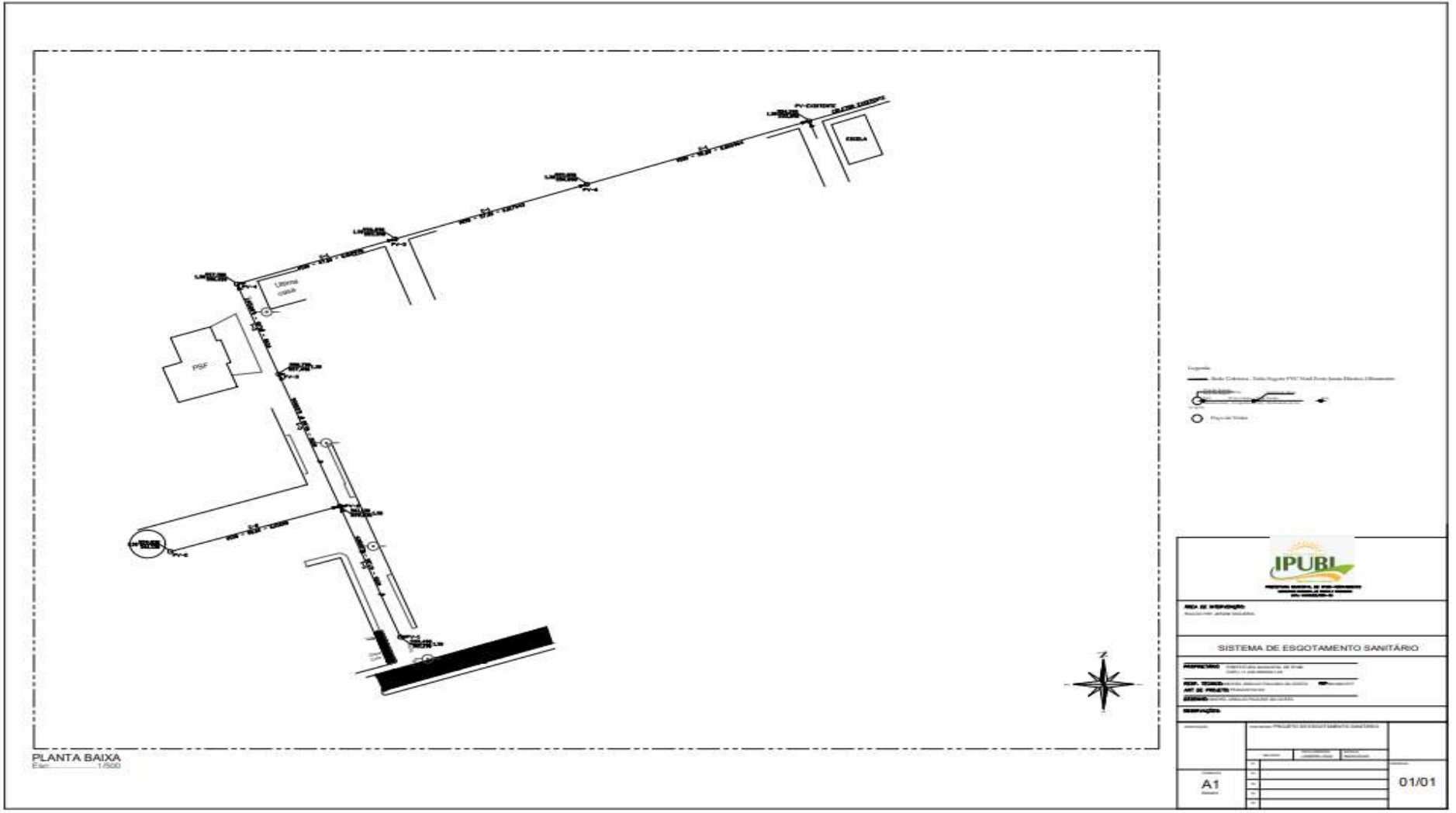
Responsável Técnico - Moisés Miranda

- Eng. Civil Pleno
- Especialista em Estruturas de Concreto e Fundações
- Crea: 53724 D/PE / RNP: 181261564-7

SERRA BRANCA



SEDE – RUA DA UBS J. SIQUEIRA



Legenda

- Rede Coletora, Selo Regime PVC 150x150mm (150x150mm)
- Poço de Visita

PLANTA BAIXA
Escala: 1/500



IPUBL
INSTITUTO PORTUGUES DE GESTÃO DE SANEAMENTO E SUSTENTABILIDADE

ÁREA DE INTERVENÇÃO:
Residência: JARDIM BELGAS

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

PROFESSOR: [Nome do Professor]
PROFESSOR AJUDANTE: [Nome do Professor]

REVIS. TÉCNICA: [Nome do Revisor Técnico]
ART. DE PROJETO: [Nome do Artista]

DESCRIÇÃO: [Descrição do Projeto]

Escala		Data	
Horizontal	Vertical	Assinatura	Data
A1			01/01